

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Regenerar a Terra, construindo comunidade: dinâmicas locais de projetos regenerativos de base comunitária

Ana Rosa Correia Ruivo

Mestrado em Estudos do Ambiente e Sustentabilidade

Orientadora: Doutora Maria Fernandes-Jesus, Investigadora Associada, CIS-ISCTE

Novembro, 2021



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Regenerar a Terra, construindo comunidade: dinâmicas locais de projetos regenerativos de base comunitária

Ana Rosa Correia Ruivo

Mestrado em Estudos do Ambiente e Sustentabilidade

Orientadora: Doutora Maria Fernandes-Jesus, Investigadora Associada, CIS-ISCTE

Novembro, 2021

Resumo

Os projetos regenerativos de base comunitária têm vindo a ser apontados como potenciais agentes de mitigação de problemas ambientais, tendo um papel central na construção de futuros mais justos. No entanto, o estabelecimento deste tipo de projetos em zonas rurais levanta questões ao nível do seu enraizamento local. Com este estudo pretendeu-se compreender as motivações e valores destes projetos com objetivos regenerativos, bem como o seu sentido de pertença e a sua relação com a comunidade local. De modo a explorar estas questões foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas a cinco projetos em Portugal, procedendo posteriormente à análise temática dos depoimentos. A partir da análise destacámos quatro temas principais: 1) Novos rurais à procura de novas formas de vida; 2) Regenerar a Terra construindo comunidade; 3) Ambiguidade do sentido de pertença; 4) Da desconfiança à aceitação: relação com a comunidade local. A análise sugere alguma ambiguidade relativamente ao sentido de pertença dos participantes bem como algumas dificuldades de integração na comunidade local. O estudo sugere também que os projetos procuram implementar estratégias para um envolvimento comunitário participativo, ressaltando, no entanto, a falta de atenção às relações de poder estabelecidas entre comunidades. Com base nestes e noutros resultados discute-se dificuldades e potencialidades de projetos regenerativos de base comunitária em contexto rural.

Palavras-chave: envolvimento comunitário; comunidade intencional; eco-aldeia; neo-rural; regeneração; análise temática

Abstract

Community-based regenerative projects have been pointed out as potential agents in the mitigation of environmental problems, having a central role in the construction of just futures. However, the establishment of this type of projects in rural areas raises questions at the level of their local roots. This study aimed to understand the motivations and values of projects with regenerative goals, as well as their sense of belonging and relationship with the local community. In order to explore these issues, we conducted 10 semi-structured interviews with five Portuguese projects, which were then thematically analyzed. The analysis identified four main themes: 1) Neo-rurals in search of new lifestyles; 2) Regenerating the Earth while building community; 3) Ambiguity of the sense of belonging; 4) From distrust to acceptance: relationship with the local community. The analysis suggests an ambiguity in relation to the participants' sense of belonging as well as some challenges of integration in the local community. The study also suggests that the projects seek to implement strategies for promoting community participation and engagement, noting, however, the lack of attention to the power relations within communities. Based on these and other results we discuss community-based regenerative projects' difficulties and potentialities in rural context.

Key-words: community engagement; intentional community; ecovillage; neo-rural; regeneration; thematic analysis

Índice

Introdução	1
Capítulo I: Revisão da literatura	3
1.1. Novas ruralidades	3
1.2. Um movimento global e local	5
1.2.1. Dimensão global	5
1.2.2. Dimensão local	7
1.3. Novas ruralidades em Portugal	10
Capítulo II: Contexto deste estudo	13
Capítulo III: Metodologia	15
3.1. Participantes	15
3.2. Recolha de dados	17
3.3. Análise temática	17
Capítulo IV: Análise	19
4.1. Novos rurais à procura de novas formas de vida	20
4.2. Regenerar a Terra, construindo comunidade	24
4.2.1. Da sustentabilidade à regeneração	24
4.2.2. Um novo conceito de comunidade	26
4.3. Ambiguidade do sentido de pertença	28
4.4. Da desconfiança à aceitação: Relação com a comunidade local	31
Capítulo V: Discussão e conclusão	37
Referências	43
Anexos	47

Introdução

No processo de transformação dos meios rurais tem sido identificada uma grande diversidade de identidades que compõem novas ruralidades (Meijering, 2007; Sobral, 2014; Spanier, 2021). Algumas destas são motivadas pelo êxodo dos meios urbanos, num movimento de re-ruralização caracterizado por valores em torno da regeneração ambiental e comunitária (Oliveira & Penha-Lopes, 2020). Nesse sentido, através da realocização e de uma cultura de proximidade, encontra-se no meio rural a identificação com um estilo de vida que privilegia as relações comunitárias, a partir do qual se torna possível uma transformação do paradigma de desenvolvimento (Lockyer & Veteto, 2012; Esteves, 2017).

As motivações e ambições que agregam esta tendência migratória específica definem-na, à semelhança dos movimentos de eco-aldeias, de transição ou de permacultura, como comunidades de interesses de carácter intencional que estabelecem redes de influência nos meios rurais. Desse modo, a chegada de novas comunidades com uma identidade declarada levanta questões acerca da sua integração, apesar da aparente identificação ao modo de vida rural. Alguns estudos têm vindo a apontar para a existência de relações conflituais entre as comunidades locais e membros destes projetos (Meijering, 2007; Esteves, 2017; Fernandes-Jesus et al., 2017), apelando à importância de considerar fatores contextuais e desenvolver abordagens participativas de envolvimento comunitário (Fernandes-Jesus et al., 2017).

É no panorama de transformação do meio rural, mais concretamente de zonas portuguesas em risco de desertificação populacional, que deve surgir a problematização da atuação dos projetos de re-ruralização ou projetos regenerativos de base comunitária, formulação que se vai assumir nesta investigação como uma atualização do conceito de eco-aldeias. Estes são apontados como oportunidades para o desenvolvimento local (Sobral, 2014) e agentes na mitigação dos efeitos das alterações climáticas (Oliveira & Penha-Lopes, 2020), contudo, associados igualmente à segregação das comunidades locais (Esteves, 2017) e, por isso, criticados por falta de atenção a relações de poder (Esteves, 2017; Fernandes-Jesus et al., 2017).

A condição de mobilidade característica destes grupos é exacerbada no contexto pandémico em que se verifica uma tendência de mudança para o campo ou aquisição de segundas residências no meio rural. Isto leva a uma transformação das dinâmicas das localidades, compreendida como um

processo de gentrificação rural (Devine-Wright et al., 2020), motivado pelo consumo de espaços verdes (e.g., Smith & Phillips, 2001). Assim, a presença de novas identidades no espaço rural levanta uma série de questionamentos como: Quais as motivações e valores destes grupos?; Como se estabelece o seu sentido de pertença?; Como é a sua relação com a comunidade local? De modo a explorar essas questões, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com membros de projetos regenerativos de base comunitária e com parceiros locais desses projetos, no sentido de compreender o seu processo de integração no meio rural e o envolvimento comunitário que conseguem estabelecer com a população local.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma. No primeiro capítulo, procedemos a uma revisão da literatura relevante para esta investigação. Entre os temas abordados estão o aparecimento de novas ruralidades inseridas num contexto de transformação do meio rural, a caracterização do movimento das eco-aldeias (identificado por nós como uma das influências que melhor permite enquadrar o objeto de estudo) com base na sua dimensão local e global e a tendência crescente do estabelecimento de novas ruralidades em Portugal. No segundo capítulo, aborda-se o contexto deste estudo assinalando os seus contributos, a questão de investigação que nos propomos aprofundar, assim como os objetivos que pretendemos atingir e a questão da posicionalidade no contexto desta investigação. De seguida, no terceiro capítulo apresentamos a metodologia utilizada no estudo quanto aos participantes, à recolha dos dados e à análise temática realizada. Os resultados da análise temática são abordados no quarto capítulo, e no quinto capítulo procedemos à discussão desses resultados e a algumas considerações finais sobre as conclusões da investigação.

Capítulo I: Revisão da literatura

1.1. Novas ruralidades

Nas últimas décadas tem se verificado uma transformação crescente do espaço rural no mundo ocidental (Smith & Phillips, 2001; Meijering et al., 2007; Gkartzios & Scott, 2012; Spanier, 2021). Neste processo, fenômenos globalizantes de migração e de reconfiguração das atividades produtivas têm assumido um papel determinante (Meijering et al., 2007; Sobral, 2014). Tradicionalmente associado a um espaço de produção, o campo passou a ser, tal como a cidade, um local de consumo, revelando uma diversidade funcional e social, capaz de esbater as fronteiras entre meio urbano e rural (Mitchell, 2004; Meijering et al., 2007; Gkartzios & Scott, 2012).

O fenômeno de contra-urbanização tem sido estudado desde a década de 70, quando foi verificada pela primeira vez uma inversão do crescimento populacional nas áreas rurais que decorreu da deslocação das atividades industriais das cidades para as áreas periféricas (Sobral, 2014). Existem, no entanto, diferentes motivações para o êxodo urbano que caracterizam diferentes tipos de contra-urbanização, entre os quais ex-urbanização, urbanização deslocada, e anti-urbanização (Mitchell, 2004).

No contexto da anti-urbanização, i.e., a migração voluntária de populações urbanas motivadas pelo desejo de viver e trabalhar em aglomerados de menor dimensão ou em espaço rural, Mitchell (2004) assinala um movimento social de “retorno ao campo”. Este movimento é particularmente interessante para esta investigação já que envolve a procura de um estilo de vida radicalmente diferente, orientado para a busca da autossuficiência, sendo muitas vezes apontado como uma estratégia de resiliência face à crise climática e de resistência ao capitalismo. Halfacree refere-se a este modo de vida como “ruralidade radical” e identifica-o com uma agenda anticapitalista verde (Halfacree, 2007). No mesmo sentido, a proposta de “futurismo rural” recentemente abordada por Spanier (2021) parte do exemplo de um coletivo francês para salientar a importância do meio rural enquanto agente na mitigação dos problemas ambientais e na construção de futuros mais justos.

A diversidade de identidades rurais tem justificado o interesse em estudar formas de habitação com menor impacto ecológico e maior coexistência com a natureza como são exemplo as comunidades intencionais sustentáveis (Escribano et al., 2018). Entre as décadas de 1990s e 2000s multiplicaram-se as eco-aldeias, também conhecidas como “living laboratories” ou espaços de teste

para a sustentabilidade (Lockyer & Veteto, 2013; Esteves, 2017). Estas procuram viver, segundo os seus ideais ecológicos, um estilo de vida sustentável, afastado do meio urbano (Meijering et al., 2007).

Uma das origens do movimento das eco-aldeias é o “back-to-the-land” da década de 60 e 70, um movimento migratório dos centros urbanos para o campo, associado a ideais utópicos e com expressão nos Estados Unidos, França e Reino Unido (Halfacree, 2007a). Assim como os “Back-to-the-landers” originais, os membros de comunidades ecológicas praticam agricultura de semissubsistência, procuram um estilo de vida mais simples e rejeitam o materialismo da cultura dominante (Meijering et al., 2006). No entanto, Halfacree (2007a) defende que este movimento no século XXI prende-se mais com motivações ecológicas que com um afastamento da sociedade dominante, rejeitando a ideia de contracultura a que o movimento se encontra associado e salientando o seu potencial no futuro do meio rural.

De acordo com a definição atual de eco-aldeias¹, estas podem localizar-se tanto no campo como na cidade, contudo, a larga maioria encontra-se estabelecida no campo, seguindo a mesma tendência de migração dos centros urbanos do “back-to-the-land” original. Na evolução do conceito, a preponderância das várias dimensões associadas à sustentabilidade (social, cultural, ecológica e económica) assim como a missão integrada de “regenerar os ambientes sociais e naturais” foi ganhando mais relevo, distinguindo-a de um movimento de contracultura e enquadrando-a numa causa global (Litfin, 2009). Um maior enfoque na dimensão social, cultural e económica, a par da já valorizada dimensão ambiental salienta a consideração do papel do indivíduo nos “processos participativos de base local” e reflete a consciência de que, perante o carácter plural dos desafios, a abordagem terá de ser multidisciplinar.

A importância de considerar a sustentabilidade em todas as suas dimensões descreve o carácter holístico do movimento. Como Litfin (2009) refere, uma das influências das eco-aldeias e comunidades intencionais é o movimento da permacultura iniciado nos anos 70 pelos australianos Bill Mollison e David Holmgren com uma abordagem holística que se foca na agricultura sustentável de pequena escala e nos sistemas integrados a nível da residência. Nas décadas

¹ “Uma eco-aldeia é uma comunidade intencional, tradicional ou urbana que é conscientemente desenhada através de processos participativos de base local nas quatro dimensões da sustentabilidade (social, cultural, ecológica e económica) para regenerar os seus ambientes sociais e naturais”. (GEN, n.d.)

seguintes o conceito foi adaptado a contextos sociais e ecológicos diversos, tornando-se um movimento global e inspirando muitos outros movimentos sustentáveis (Litfin, 2009).

As representações da ruralidade tornam-se cada vez mais variadas por forma a responder às “diferentes predisposições culturais” (Smith & Phillips 2001, p.451) dos movimentos migratórios que se deslocam dos centros urbanos para os meios rurais. Nesse sentido, tem sido afirmada a importância de compreender a ligação entre a chegada de uma nova classe média aos meios rurais e as transformações culturais, sociais e económicas na própria paisagem rural (Smith & Phillips, 2001; Meijering et al., 2006; Meijering et al., 2007; Gkartzios & Scott, 2012; Sobral, 2014). Este fator recupera a ideia de que os espaços rurais são frequentemente percebidos como “teatros de consumo” (Leiss et al., 1986, como citado em Smith & Phillips 2001) apetecíveis aos indivíduos e aos grupos que procuram essencialmente compensar as carências e frustrações do modo de vida urbano, criando com isso uma certa tensão entre uma dimensão global móvel e uma dimensão local mais localizada.

1.2. Um movimento global e local

1.2.1. Dimensão global

Uma progressiva inclusão da crise ambiental na discussão política, que se vinha introduzindo desde a afirmação do movimento ambientalista na década de 50 e 60, arraigou no debate internacional a crítica ao modelo de desenvolvimento dos países industrializados, nomeadamente ao uso excessivo de recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas, acrescentado ao eventual custo de uma “dívida ecológica” (Singh et al., 2019). No entanto, foi já na década de 80 e partindo da ideia de incompatibilidade de um desenvolvimento equilibrado com os padrões de produção e consumo vigentes, que se introduziu pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”, isto é um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades (Brundtland, 1987). Considera-se que este conceito foi consolidado em 1992, na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, e desde então pode dizer-se que o critério da sustentabilidade se tem revelado incontornável na construção de uma agenda ambiental global (Singh et al., 2019).

Foi este mesmo conceito que levou à fundação da associação Gaia Trust em 1987 pelos dinamarqueses Ross e Hildur Jackson (Gaia Trust, n.d.). Em 1990, começaram o projeto que iria

ganhar o nome de Rede Global de Eco-aldeias (GEN Global Ecovillage Network) e um ano depois surge a primeira definição de uma “eco-aldeia”², expressiva da preponderância do novo modelo de desenvolvimento (GEN, n.d.). Atualmente, a GEN é uma plataforma de associação de pessoas interessadas em eco-aldeias, possibilitando aos seus membros a partilha de informação e apostando desde 2005 na educação através do programa Gaia Education, de modo a espalhar a sua missão de “mudar o mundo” e gerar igualmente uma fonte de rendimento para eco-aldeias com dificuldades financeiras. A rede global conta com cinco redes regionais na Oceânia e Ásia, América do Norte, América Latina, Europa e África, com uma região emergente no Médio Oriente (GEN, n.d.).

Segundo Dawson (2013), existem dois tipos de eco-aldeias correspondentes à principal divisão socioeconómica e política mundial - as do norte global, tipicamente pequenas comunidades intencionais experimentais (em meio urbano ou rural, as últimas as mais comuns), e as do sul global comunidades tradicionais (em aldeias ou vilas) cujos líderes locais procuram retomar o controlo sobre os seus recursos culturais, ecológicos e económicos. Apesar desta distribuição, a grande concentração de eco-aldeias apresenta-se sobretudo em nações industrializadas fortemente influenciadas pela cultura ocidental (Europa, América do Norte, com números significativos na Austrália, Nova Zelândia e África do Sul (Wagner, 2012).

O facto de incluir eco-aldeias de realidades tão diferentes como as do Norte e Sul Global representa um movimento de cariz diverso. No entanto, apesar da diversidade dentro do movimento, estas comunidades são criticadas por uma homogeneidade auto-selectiva e por alheamento relativamente à política (Esteves, 2017). Por vezes consideradas “apolíticas”, é-lhes apontada a falta de uma abordagem institucional (Fotopoulos, 2000) e a tendência a privilegiar o desenvolvimento pessoal e de estruturas internas em detrimento de um enraizamento local (Esteves, 2017).

Tendo em conta o contexto de emergência climática atual, o movimento responde a uma tendência global de mudanças comportamentais. Considerados “low-carbon lifestyles”, os estilos de vida com pouco impacto no ambiente incluem o movimento de “simplicidade voluntária” ou o movimento “downshifting”, tendo ambos em comum uma ênfase na troca do crescimento e consumismo por frugalidade, autossuficiência e melhoria do bem-estar (Schanes et al., 2016).

² “Um povoado multifuncional de escala humana em que as atividades humanas estão inofensivamente integradas no mundo natural de uma forma que apoia um desenvolvimento humano saudável e pode ser continuado com sucesso no futuro indefinido”. (Gilman, 1991)

Neste enquadramento surgem as iniciativas desenvolvidas em torno do papel coletivo da comunidade, como as iniciativas de base comunitária de co-habitação, nomeadamente as comunidades intencionais (eco-aldeias, “co-housing”) ou iniciativas que visam novas formas de organização da sociedade com base na cooperação entre indivíduos como o “movimento de transição” (Felicetti, 2013). No âmbito destas iniciativas coletivas vemos que a dimensão global abordada comporta uma dimensão local fundamental, sendo neste carácter comunitário e de proximidade que reside o potencial de transformação.

1.2.2. Dimensão local

O pendor social atribuído aos projetos das eco-aldeias prende-se com uma tentativa por parte destas de redução das injustiças sociais resultantes de uma distribuição desigual dos recursos a níveis locais e globais (Lockyer & Veteto, 2013). Lockyer e Veteto (2013) referem que, dando-se conta das externalidades da produção e do consumo, as comunidades intencionais tentam trazer os processos de produção e consumo para uma esfera local. Neste sentido também LeVasseur (2013) se refere às eco-aldeias como “antídotos para os diferenciais extremos de poder a várias escalas(...) teoricamente desenhadas para dar resposta a necessidades locais e por isso, refletir a cultura local.” (LeVasseur 2013, p.255).

Segundo Lockyer e Veteto (2013) as eco-aldeias são comunidades intencionais humanas que usam um design integrado, redes de economia local, estruturas cooperativas e comuns de propriedade e tomada de decisão participativa para minimizar a pegada ecológica e sustentar o máximo possível as necessidades básicas de uma maneira sustentável. Mencionam, além disso, que estas iniciativas têm o objetivo declarado de viver vidas socialmente gratificantes através da partilha de capacidades e ideias. Também Dawson (2013) nota que recentemente o movimento das eco-aldeias se tem transformado, de um movimento que prioriza o grupo interno e a sua autossuficiência para um que assume um foco no exterior e em construir alianças com vizinhos, grupos de cidadãos e organizações educacionais.

De facto, entre as influências do movimento das eco-aldeias e das iniciativas de base comunitária está a perspetiva localista (Felicetti, 2013). Por localismo, mais concretamente o localismo comunitário, entende-se uma priorização de uma estrutura de poder local, que concede direitos aos cidadãos no sentido de uma participação direta na tomada de decisões (Evans et al., 2013). Por detrás está uma visão participativa da democracia que requer um constante

envolvimento na cidadania e a inclusão da mesma no domínio da tomada de decisão (Evans et al., 2013). O autor refere que foi a partir do advento da revolução industrial e do imperialismo no século XIX que se afastou o foco da escala local. Ainda que esta tenha continuado a assumir uma dimensão crucial, as dimensões nacionais e globais vieram dominar a organização económica, social e política (Evans et al., 2013, p.401). Deste modo, o localismo defende uma realoção, i.e, que a organização política e económica volte a assumir uma escala local iniciando uma abertura das estruturas locais de tomada de decisão a novos atores, os indivíduos e a comunidade (Evans et al., 2013). Esta é uma perspectiva que apela a simpatizantes da antiglobalização e pessoas ambientalmente conscientes, integrando no movimento redes de conhecimento alternativas ou “counter global networks” (Felicetti, 2013).

Lockyer e Veteto (2013) identificam o biorregionalismo como outra das influências das eco-aldeias. Esta é uma abordagem antropológica e ecologista que teve origem na década de 70 e que expressa a mesma ideia de “relocação”. Conceitos como “culturas de habitat” ou a “re-habitação” marcam a discussão da defesa de uma fixação das comunidades num determinado espaço a longo-termo de modo a assegurar a saúde e viabilidade da comunidade socioecológica, à semelhança do que era feito pelas sociedades indígenas (Lockyer & Veteto, 2013, p.9).

No mesmo sentido, Escobar (2001) salientou o papel das estratégias subalternas de relocação pelas comunidades, particularmente pelos movimentos sociais (“grassroots movements”). Enquanto que o termo “grassroots” está mais ligado aos movimentos sociais, as iniciativas de base comunitária refletem estilos vida associados aos movimentos de Transição, Permacultura e Eco-aldeias mas também a iniciativas de transição energética, de economia solidária ou de soberania alimentar (Wiki Ecolise, 2021). A Ecolise é a rede europeia que põe este tipo de iniciativas em contato, reconhecendo o papel das comunidades na mitigação dos diversos problemas atuais e o potencial destas na criação de uma transformação sistémica dentro da sociedade (Ecolise, 2019). Através de uma rede coesa e integrada de outras redes, organizações e grupos “fazedores da mudança”, pretende promover um movimento de transformação da sociedade a partir das comunidades e não do mercado ou do estado, desde a dimensão local até alcançar dimensão global (Ecolise, 2019). Um exemplo é, como afirma Felicetti, o movimento de transição, que foi construído em torno da necessidade de desenvolver respostas de base comunitária para os desafios do pico do petróleo e das alterações climáticas (Felicetti, 2013).

Assim vemos que a atuação das iniciativas de base comunitária, na qual se incluem os projetos regenerativos, é caracterizada por uma bidimensionalidade estrutural que responde a desafios globais através de estratégias de resiliência local. Neste subcapítulo “um movimento global e local”, abordamos duas dimensões fundamentais do movimento das eco-aldeias, movimento esse que identificamos como a principal influência dos projetos sobre os quais nos iremos debruçar. Numa perspectiva mais recente, verifica-se que o movimento das eco-aldeias tem sofrido algumas alterações tanto no campo de atuação como na definição do seu próprio alcance. Tal como explica a rede global de eco-aldeias:

Na GEN estamos atualmente a debater a distinção entre eco-aldeias e projetos de eco-aldeias, que são iniciativas locais que inspiram, educam e fomentam estilos de vida de eco-aldeias, sem constituir um grupo de pessoas que vivem juntas enquanto comunidade. Exemplos de projetos de eco-aldeias podem ser centros educativos, escolas verdes, centros de permacultura, quintas agro-ecológicas, iniciativas de transição, empresas sociais e comunitárias, comunidades online, etc. (Joubert, 2017).

Em concordância com esta atualização, também a Fundação de Comunidades Intencionais (FIC) descreve no seu site a definição de comunidade intencional:

Um grupo de pessoas que vivem juntas ou partilham instalações comuns e que se associam regularmente com base em valores comuns explícitos. As relações sociais e económicas de um grupo de pessoas que partilha valores, espaço físico, e recursos. Uma organização que providencia a governança e a gestão de recursos partilhados por um grupo de pessoas com uma missão e propósito partilhado. (FIC, n.d.)

Por isso mesmo, e de acordo com aquilo que iremos explicitar mais adiante, privilegamos no presente estudo a designação de projetos regenerativos de base comunitária, de forma a distingui-los de eco-aldeias ou comunidades intencionais tradicionais. No contexto português é possível identificar uma tendência de procura dos meios rurais para o estabelecimento de projetos que numa primeira análise podem parecer conotados com o movimento das eco-aldeias pela partilha dos mesmos valores em torno da sustentabilidade em todas as suas vertentes. Essa radicação em espaços geograficamente periféricos, associada também a uma atualização do conceito de sustentabilidade, leva a uma redefinição não só do panorama constituído por essas iniciativas, mas também da própria realidade rural.

1.3. Novas ruralidades em Portugal

Portugal, tal como outros países no sul da Europa, tem sofrido uma tendência progressiva de envelhecimento da população e de abandono do território rural (Sobral, 2014, Oliveira & Penha-Lopes, 2020). A desertificação populacional tem levado à substituição de práticas tradicionais de gestão da paisagem sustentáveis por monoculturas que sobreexploram os recursos, agudizam o empobrecimento do solo e afetam a resiliência do meio rural face às alterações climáticas (Oliveira & Penha-Lopes, 2020). De forma a inverter a situação demográfica e o abandono do território tem-se privilegiado o papel de iniciativas locais como os movimentos das eco-aldeias, de transição ou da permacultura em detrimento das políticas públicas (Esteves, 2017; Oliveira & Penha-Lopes, 2020; Esteves et al., 2021).

Nas últimas décadas registou-se uma transformação do meio rural decorrente de um fluxo migratório de urbanitas que se dedicam à agricultura e a um estilo de vida mais sustentável. Esta migração tem sido descrita como um novo movimento de retorno ao campo ou de re-ruralização, composto por jovens académicos que aspiram à regeneração ecológica, social e económica do meio rural (Sobral, 2014, Oliveira & Penha-Lopes, 2020). No levantamento do povoamento neo-rural em Portugal realizado por Sobral (2014), verificaram-se constantes como a forte presença da permacultura neste tipo de projetos, o meio rural como um espaço de realização pessoal e de intervenção política em rede no qual é possível ensaiar abordagens holistas, a articulação em rede com outras iniciativas neo-rurais ou com a sociedade em geral como oportunidades para o desenvolvimento local, uma dinâmica em torno de objetivos comuns como a localização, a sustentabilidade e a resiliência e a mobilidade dos membros que estabelecem relações com a sociedade em geral (Sobral, 2014).

A pandemia que vivemos desde 2020 tem exacerbado o êxodo das áreas urbanas graças à possibilidade de trabalhar remotamente, uma mobilidade que evidencia uma posição de privilégio (Devine-Wright et al., 2020). Isto foi visível no aumento da procura de segundas residências no meio rural que intensificaram a especulação imobiliária e alteraram as dinâmicas sociais e económicas destas localidades (Devine-Wright et al., 2020). Também em Portugal, a crise pandémica acentuou uma tendência neo-rural de pessoas que procuram afastar-se dos centros urbanos e dedicar-se a projetos de turismo de natureza ou de agricultura em áreas rurais, privilegiando lugares isolados onde é possível desfrutar do ar livre (Tonon, 2020). Apesar deste movimento migratório poder representar uma regeneração demográfica e económica e ser apontado

como uma oportunidade para o desenvolvimento local de zonas envelhecidas (Sobral, 2014), acarreta também implicações culturais que importa assinalar.

A transformação social de uma área através da fixação de uma nova classe média, e mudança das preferências residenciais e do estilo de vida, representa um processo de gentrificação rural (Gkartzios & Scott, 2012) que, por ser baseado no consumo do espaço rural como parte da identidade pessoal ou de classe, pode também ser denominado gentrificação verde ou (e.g. “greentrification” Smith & Phillips, 2001). Neste sentido, as construções de ruralidade que daí advêm são enraizadas em significados largamente associados com o “idílio rural” - um sentimento de comunidade e pertença a um ambiente que é entendido como pacífico, natural e distinto da vida urbana (Smith & Phillips, 2001) e que haveremos de discutir mais adiante. Essa idealização do espaço rural (por vezes inconsciente) estudada por Smith e Phillips (2001), faz com que os valores que estes grupos defendem e promovem transpareçam mais as circunstâncias do contexto urbano de origem do que as especificidades do contexto rural já existente.

Neste sentido, o estabelecimento de uma conceção de ruralidade com estas características impõe um questionamento da adesão a esses princípios por parte da comunidade local. De acordo com isso, o processo de envolvimento comunitário das iniciativas de base comunitária tem sido contestado por não atender aos fatores contextuais dos locais onde se inserem (Fernandes-Jesus et al., 2017; Esteves, 2017). Em função da complexidade inerente ao conceito de comunidade, que inclui contestação, exclusão e conflito, Fernandes-Jesus e colegas defendem que o que facilita o envolvimento comunitário das iniciativas é uma adaptação aos contextos sociais locais e uma abordagem baseada em práticas participativas (Fernandes-Jesus et al., 2017), sendo que o fundo de tensão poderá, em muitos casos, ser mais estrutural que circunstancial.

O presente estudo centra este problema no panorama rural, em concordância com os estudos de 2006 e 2007 realizados por Meijering e outros autores, e assume como foco as várias dimensões do choque entre ruralidades distintas, pretendendo oferecer um contributo para pensar o conflito existente por trás da identificação aparente entre essas comunidades. De facto, é a “identificação com características do idílio rural ambiental” (Meijering et al., 2007, p. 365) que leva ao estabelecimento deste tipo de projetos e à deslocação destes grupos, no entanto, do ponto de vista das comunidades locais essas características são construções que não têm adesão à realidade local. Meijering, van Hoven e Huigen questionam a perceção de que as comunidades intencionais se revelam por vezes lugares contestados pela população local. A resistência por parte das

comunidades locais parece ser, no entanto, uma reação marcada pelo choque inicial já que existe posteriormente uma integração gradual dos grupos. Esta é conseguida através de práticas localizadas que podem aproximar as diferentes construções de ruralidade existentes (Meijering et al., 2007) mas pode igualmente dever-se ao facto de os projetos adquirirem uma certa longevidade que permite que os locais se habituem a estes grupos (Meijering et al. 2006). Ainda que as comunidades intencionais se distingam a si próprias sendo espacial e ideologicamente diferentes, e esse afastamento pareça ser expressão de um desejo de não participar na sociedade e assumir um foco interno (Meijering et al. 2006), existe, segundo os autores, uma tendência para este tipo de ruralidades se tornar cada vez mais “mainstream” (Meijering et al., 2007). Esta tendência aponta para que as comunidades ecológicas possam tornar-se espaços menos contestados no meio rural do futuro (Meijering et al., 2006).

Com base nas questões que acabámos de sistematizar, procurámos traçar um retrato geral dos debates que enquadram a presente investigação. É nesse âmbito que se torna pertinente um olhar crítico mais detalhado para o atual contexto rural português dos projetos regenerativos de base comunitária.

Capítulo II: Contexto deste estudo

Este estudo pretende apresentar contributos na investigação do estabelecimento e definição de novas ruralidades em Portugal, para um maior entendimento da integração de projetos regenerativos de base comunitária em contextos rurais e caracterização de uma tendência que poderá vir a desenvolver-se no futuro. A presença de populações com motivações distintas em pequenas localidades tem implicações na transformação das dinâmicas do espaço, tornando o meio rural cada vez mais híbrido e suscetível a conflito à semelhança do espaço urbano (Meijering et al., 2007; Sobral, 2014). Nesse processo de mudança de preferências residenciais e de estilos de vida incitado pela deslocação de indivíduos provenientes de contextos urbanos, dá-se uma transferência de linguagens, conceções ou práticas que muitas vezes não têm um natural enraizamento, o que, por sua vez, revela uma tensão oculta por trás de identificação (Smith & Phillips, 2001; Meijering et al., 2006; Meijering et al., 2007). A questão que, nessa medida, orienta a investigação é: como é que os projetos regenerativos de base comunitária estão a criar uma nova realidade rural? De modo a discutir o lugar dos projetos regenerativos de base comunitária no meio rural, os objetivos do estudo passam por compreender quais as motivações e valores destes grupos; compreender como se estabelece o seu sentido de pertença e como é a sua relação com a comunidade local.

A presente investigação decorreu no seguimento de uma experiência de voluntariado de um ano numa eco-aldeia na Catalunha. Durante esse ano foi possível experienciar a vida dos membros (e.g., as tarefas, os tempos livres, as ocasiões festivas, as reuniões) e conhecer empiricamente um projeto deste tipo. Esse conhecimento informou a posicionalidade assumida no trabalho conduzido agora em Portugal, levando à formulação de uma questão de investigação com base na vivência real e num posicionamento subjetivo relativamente ao tema. Embora uma experiência de longa duração, esta consistiu igualmente numa experiência temporária, importando salientar o estatuto tanto de “insider” como de “outsider” no tratamento do tema (Bourke, 2014).

Aquando da permanência na eco-aldeia foi possível verificar constrangimentos na relação desta com a comunidade local e um desfasamento entre o que pareciam ser duas realidades diferentes, com hábitos, atividades, valores e idades distintas. O projeto situava-se no ambiente periurbano e de dormitório de um bairro habitado sobretudo por idosos e emigrantes, nas redondezas de uma cidade de pequena dimensão. Uma das razões apontadas para a falta de envolvimento entre os membros da eco-aldeia e os habitantes foi o facto de serem pessoas muito

diferentes, já que os membros eram na sua totalidade pessoas que vinham de meio urbano, entre os 20 e os 40 anos, em idade ativa e com formação superior. Para além disso, a motivação por detrás da ideia de ir viver para um meio pequeno perto da natureza prendia-se invariavelmente com a consciência ecológica que caracteriza a população urbana e as gerações mais jovens.

Esta informação suscitou questões relativas à integração das eco-aldeias ou comunidades intencionais em regiões rurais ou afastadas dos centros urbanos, pouco populadas e envelhecidas. No início da presente investigação, que se debruçou sobre iniciativas deste tipo no contexto português, havia desde logo uma perceção de que a maioria dos fundadores e residentes dos projetos seriam pessoas jovens, em idade ativa, recentemente deslocadas de áreas urbanas para o meio rural. Assim, no processo de desenho da metodologia, julgou-se pertinente entrevistar projetos que, pelo seu site ou no contacto estabelecido, indicassem ter uma parceria social, na perspetiva de entender como as iniciativas estariam a integrar-se na região e a contribuir igualmente para o bem-estar da população local.

No entanto, no decorrer das entrevistas a posicionalidade existente não foi assumida, impossibilitando o potencial de tornar explícitas as identidades aparentes e escondidas do investigador, cuja importância é assinalada por Jacobson e Mustafa (2019). Não tendo sido revelado esse posicionamento subjetivo em relação ao “outro”, ficou apenas evidente para o entrevistado o lado “outsider” do investigador na condução da entrevista. Caso tivesse sido revelada, pensa-se que a posicionalidade teria influenciado as interações com os entrevistados pelo facto de estes sentirem mais afinidade com o investigador por este conhecer o seu modo de vida ou modos de vida semelhantes ao seu. Isto poderia implicar uma perspetiva diferente na apresentação do problema da relação com a comunidade local.

Capítulo III: Metodologia

De modo a explorar as perceções dos membros de projetos regenerativos acerca da sua relação com a comunidade local e também a sua integração no meio rural, escolheu-se o modelo de investigação qualitativo, a entrevista como método de recolha de dados e análise temática como método de análise dos dados recolhidos. O modelo qualitativo foi escolhido por ser adequado para explorar, descrever e explicar fenómenos sociais através de experiências subjetivas (Leavy, 2014). Para aceder às experiências subjetivas dos intervenientes foram realizadas entrevistas semiestruturadas, isto é, a partir de guiões com perguntas aprofundadas e dirigidas sobre determinado tema, mas que permitem ao entrevistado uma organização livre do seu discurso (ver Anexo A). Assim, foi possível compreender os processos de construção de significado atribuídos a situações, eventos e/ou atividades (Leavy, 2014), neste caso, a forma como os entrevistados encaram situações de conflito com a comunidade local, por exemplo.

Antes de iniciar as entrevistas foram definidos alguns critérios para a escolha de projetos intervenientes no estudo como: projetos com uma localização em meio rural ou afastada de centros urbanos; compostos na maioria por indivíduos provenientes de meios urbanos; localizados em Portugal; e que estabeleceram parcerias sociais que demonstrem envolvimento local.

3.1. Participantes

A presente investigação teve como método de recolha de dados a entrevista semiestruturada, tendo sido realizadas 10 entrevistas não presenciais com membros de projetos regenerativos em Portugal e membros de entidades parceiras desses mesmos projetos. No quadro 3.1 é possível ver os projetos, a localização, os respetivos parceiros sociais e o número de entrevistas.

Quadro 3.1

Nome de projetos, localização e parceiros

Projetos	Localização	Parceiros	Nº
Quinta do Vale	Benfeita	ArBOR	2
Ananda Valley	Covilhã	AMURT PT	2

Quinta dos 7 Nomes	Sintra	-	2
Biovilla	Palmela	Centro Social Paroquial de S. Sebastião de Setúbal	2
Quinta Vale da Lama	Lagos	Projeto Novas Descobertas	2

Para cada projeto entrevistou-se um membro e um parceiro local, com exceção da Quinta dos 7 Nomes que não disponibilizou o contato de nenhum parceiro. Assim, foi entrevistada a pessoa fundadora do projeto e a pessoa responsável pelas iniciativas culturais do projeto.

A Quinta do Vale, no município de Arganil em Coimbra, considera-se uma quinta familiar dedicada à permacultura e à formação. Em parceria com a ArBOR Associação da Região de Benfeita para Objetivos Regenerativos desenvolve trabalhos para a regeneração da floresta e dá apoio à rede de projetos dedicados à regeneração ambiental e comunitária.

O projeto Ananda Valley encontra-se em Ourondo, no município da Covilhã. Descreve-se como eco-aldeia, “master unit” ou centro de investigação para a sustentabilidade, sendo o seu foco a sustentabilidade e o desenvolvimento local. A dimensão social deste projeto reflete-se numa parceria de âmbito global e local com a organização internacional AMURT que, através de serviço social voluntário, procura responder às necessidades das populações.

A Quinta dos 7 Nomes é uma cooperativa de agricultura biológica em Colares (Sintra), que se dedica à produção biológica e formação nessa área. Através do trabalho realizado criaram uma rede de produtores locais, envolvendo pessoas da comunidade na sua cooperativa. Não foi entrevistado nenhum parceiro local, no entanto, foi entrevistada a pessoa responsável pelas iniciativas comunitárias desenvolvidas pelo projeto.

A Biovilla descreve-se como uma cooperativa e uma comunidade de práticas regenerativas. Localiza-se na Serra da Arrábida, em Palmela. Dedicar-se à formação para a sustentabilidade e ao turismo de natureza. O trabalho com o Centro Social de S. Sebastião de Setúbal permite envolver a comunidade local mais próxima através de atividades centradas na sustentabilidade.

A Quinta do Vale da Lama situa-se perto de Lagos, no Algarve, e assume o foco na permacultura e formação para a regeneração. No sentido de desenvolver a componente social do projeto criou a IPSS Projeto Novas Descobertas, com a qual trabalha para organizar atividades educativas e inclusivas em torno da sustentabilidade.

Apesar de projetos com características diferenciadas a nível da sua definição, todos assumem o foco na regeneração e na construção de comunidade. Em relação aos entrevistados, oito destes

são do sexo feminino e dois do sexo masculino, apresentam idades entre os 36 e os 69 anos, todos os participantes frequentaram o ensino superior. Todos, exceto dois, vêm de contexto urbano. Sendo esses dois os únicos estrangeiros do total dos entrevistados, todos os restantes são portugueses.

3.2. Recolha de dados

Para a realização das entrevistas foram contactados vários projetos em todo o país via e-mail ou telefone, sendo que vários não responderam e apenas cinco responderam afirmativamente. As entrevistas foram realizadas de modo não-presencial, por videochamada Zoom ou por telefonema e gravadas em áudio e vídeo entre o mês de Fevereiro e Abril de 2021. A duração das entrevistas teve uma média de uma hora e meia e todos os participantes foram informados da duração e confidencialidade da entrevista, tendo sido pedida autorização para a gravação dos intervenientes para efeitos de registo. Em função disso mesmo, no decorrer da análise não será especificado nem o interlocutor (a não ser pela atribuição de um nome fictício) nem o projeto em causa de cada vez que é transcrito um excerto de entrevista.

Para além das entrevistas pensou-se na hipótese de realizar observação participante assistindo presencial ou virtualmente a uma reunião entre membros do projeto sobre assunto relevante ao tema de estudo ou reunião entre projeto e parceiros. Tal não foi possível devido às condicionantes da pandemia e à suspensão de atividades pelos projetos.

3.3. Análise temática

De modo a analisar os dados recolhidos nas entrevistas, escolheu-se a análise temática por permitir identificar padrões ou temas de resposta e, por isso, interpretar diversos aspetos do tópico de pesquisa (Braun & Clarke, 2006). Para a análise temática, as entrevistas foram transcritas na íntegra mantendo-se fiéis ao testemunho original para depois poderem ser lidas e analisadas. Nesta fase, foi utilizado o programa N-Vivo para organizar a informação, a partir do qual foram exportadas as transcrições das entrevistas realizadas, tornando possível, depois de leituras imersivas das mesmas, anotar tópicos recorrentes ao longo desses dados. A partir desses tópicos elencaram-se categorias e subcategorias (no quadro 3.2. pode ver-se o nome do código e a descrição do mesmo).

Quadro 3.2

Categorias de análise e respetiva descrição

Nome	Descrição
Biografia dos entrevistados	Dados sobre entrevistados (passado, vida no local, valores)
Definição do projeto	Tipo de projeto
Fundação	Início do projeto (objetivos iniciais, áreas de atuação)
Holismo	Integração de várias vertentes da sustentabilidade
Localização	Localidade mais próxima, meio rural
Relação com movimentos sociais	Envolvimento em causas locais, regionais ou mundiais; dados que refletem algum tipo de ativismo
Áreas de atuação	Tipo de trabalho e atividades
Desenvolvimento local	Procura de bem-estar para a região
Intervenção comunitária	Estratégias para o envolvimento comunitário
Novas dinâmicas	Económicas, demográficas, culturais impulsionadas pela presença destes projetos em pequenas localidades
Parcerias	Associações a outros projetos ou autoridades locais
Rede global	Pertença a rede/ comunidade global
Estilo de vida	Estilo de vida que difere da maioria
Desenvolvimento pessoal	Caraterística refletida nas práticas de yoga, retiros, alimentação saudável
Migração	Migração de centros urbanos ou de outros países
Modelo de propriedade	Questões relacionadas com o direito ao espaço e propriedade comum
Afastamento da sociedade	Posições que revelam distância da comunidade local

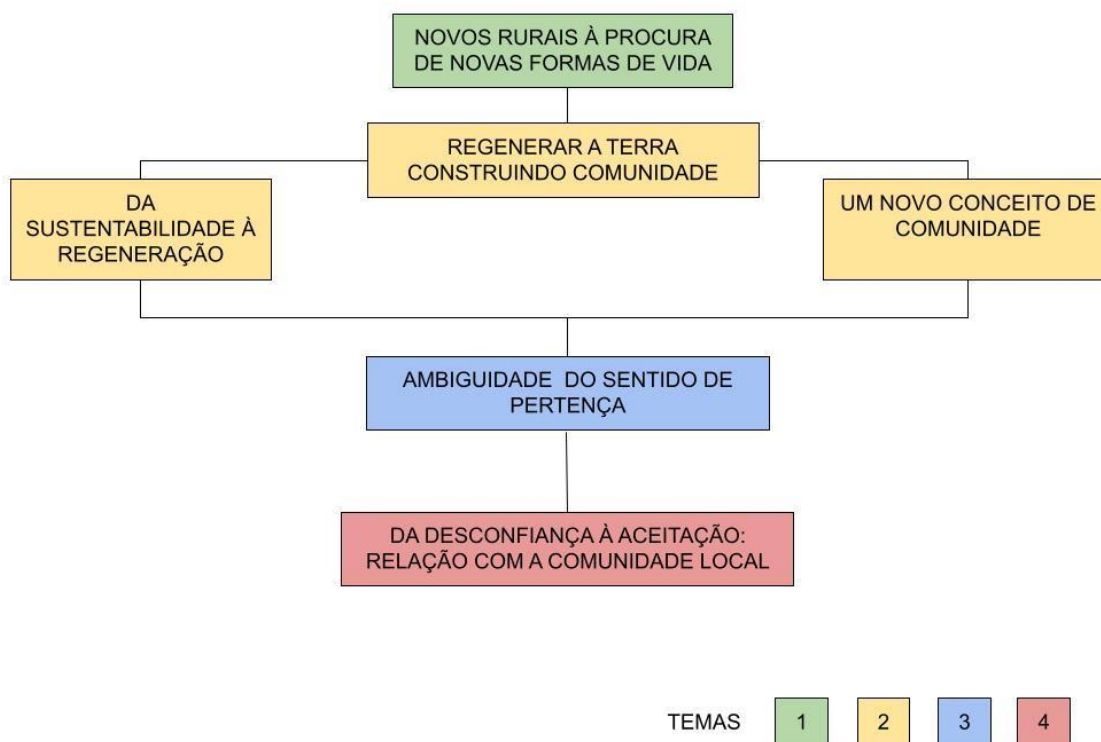
Estas categorias (códigos) foram usadas para assinalar determinadas partes da transcrição da entrevista em que se julgou haver referência ao tópico em questão, isto permitiu agrupar os dados de todas as entrevistas sob categorias temáticas. A fase de codificação deu início ao processo de desenho de identificação de padrões de resposta dos participantes. A partir das diferentes categorias organizou-se os resultados em quatro temas e vários subtemas.

Capítulo IV: Análise

A apresentação dos resultados da análise está organizada em quatro temas principais e alguns subtemas (e.g. figura 4.1). No primeiro tema “Novos rurais à procura de novas formas de vida” analisa-se o carácter migratório de um grupo de pessoas motivadas a mudar o seu estilo de vida e que partilham os mesmos interesses e valores. O segundo tema “Regenerar a Terra, construindo comunidade” diz respeito aos dados que ao longo das entrevistas sugeriram uma visão integrada por parte dos entrevistados ancorada, por um lado, no valor da regeneração e, por outro, no da comunidade. Os subtemas “Da sustentabilidade à regeneração” e “Um novo conceito de comunidade” refletem a atualização dos conceitos por parte dos membros destes projetos. No terceiro tema “Ambiguidade do sentido de pertença” aborda-se a integração dos participantes nas localidades onde se estabelecem. O quarto tema “Da desconfiança à aceitação: Relação com a comunidade local” analisa os discursos dos intervenientes quanto às posições assumidas pela comunidade local perante a sua presença.

Figura 4.1

Relação dos quatro temas principais e subtemas identificados por cores



4.1. Novos rurais à procura de novas formas de vida

A análise das entrevistas sugere um padrão de respostas quanto ao percurso de vida dos inquiridos (de nacionalidade portuguesa ou estrangeira), que revela uma tendência coletiva para viver afastados dos centros urbanos e a procurar um modo de vida alternativo. Esta mudança passa muitas vezes pela decisão de mudar de ocupação, adquirir terrenos para viver e criar ou fazer parte de um projeto regenerativo, como podemos constatar a partir deste excerto:

Foi uma mudança drástica e nós notamos que há muita gente que está a fazer esta mudança, que já fez ou que está a fazer. Pessoas que vêm tirar o curso de horta porque decidiram fazer esta mudança, com trabalhos perfeitamente convencionais, trabalhos administrativos das “nove às cinco”. A viver vidas completamente insatisfeitas, a viver bem financeiramente e muito mal emocionalmente, a sentir que não estavam a cumprir o seu propósito, que não encontravam sentido para a sua vida, e que decidiram “olha, tenho um terreno dos meus pais” ou “comprei um terrenozinho e decidi que ia mudar de vida”. Muita gente... mesmo muita gente. (Beatriz)

No âmbito dessa mudança verificamos que existem várias dimensões que podem ser identificadas, nomeadamente a dimensão pessoal, sociopolítica, interpessoal e comunitária. A respeito da *dimensão pessoal*, vemos que a vontade de autodescoberta é um fator referido por todos os participantes como central na deslocação para os meios rurais, tal como podemos ler no testemunho de João:

Eu sou de Lisboa, mesmo do centro de Lisboa, nunca tive uma ligação ao campo dessa forma produtiva. Eu acho que a minha vontade de ir para o campo foi uma vontade de autodescoberta e ao mesmo tempo de experimentar vidas muito diferentes daquela de onde eu tinha vindo. (João)

Esta motivação surge normalmente relacionada a uma necessidade de transformar o modo de vida praticado nos meios urbanos e a uma idealização do meio rural:

Há cerca de 6 anos houve uma alteração na minha vida e eu senti uma grande necessidade de fazer uma mudança a nível pessoal, de desenvolvimento pessoal e uma grande atração por yoga e meditação. Eu sempre vivi em cidade, mas estava sempre a pensar “eu quero viver numa aldeia. (Catarina)

O que está na base dessa idealização parece ser um descontentamento relativamente ao desgaste provocado pelo ritmo acelerado do dia-a-dia das cidades. Essa ideia fica patente no desabafo de Maria:

Queria viver mais perto da natureza, num espaço um bocado mais afastado das cidades e não ter aquela vida urbana. Aprender sobre a natureza, observar, tentar tornar-me o mais sustentável possível naquilo que conseguia, e era o sonho de viver também na montanha que eu tenho desde criança. (Maria)

A componente da idealização do meio rural aparece como indissociável da fuga das cidades, dando expressão a uma ânsia de experienciar um estilo de vida mais calmo e de proximidade:

Gosto muito dessa vivência de ir ao café, ir buscar o pão, e encontrar sempre as mesmas pessoas, e ir ao senhor aqui debaixo para comprar os legumes, e ir tendo esta vivência muito de vila, com os vizinhos... é muito bom. (Catarina)

Nesta citação da entrevista de Catarina encontramos referência explícita a este fator, bem como a avaliação positiva dessa vivência. Observamos no discurso dos participantes que o descontentamento parece estar associado ao contexto urbano, e que o horizonte de alternativa reside no meio rural.

Para além da dimensão pessoal, esse fator de descontentamento surge também enquadrado numa *dimensão sociopolítica* mais alargada, onde o sentimento de revolta surge direcionado à sociedade capitalista. O testemunho de João é, a esse nível, ilustrativo: “Tive uma sensação muito crítica quase de revolta contra aquilo que era a sociedade capitalista e a forma como ela estava organizada, a forma como ela criava sistematicamente degradação da natureza, degradação das condições de vida humanas” (João)

Este direcionamento tem um alcance global agravado pelos contextos de crise: “Podia ver o que estava a acontecer no Reino Unido e não gostava do rumo que a situação estava a tomar. Estava a ser forçada para fora do país por razões económicas, por isso de certa maneira sou uma refugiada económica”. (Anne)

À medida que esses fatores de crise se agravam, parece crescer também uma posição crítica e a consciencialização da necessidade de transformar o paradigma de desenvolvimento característico dos centros urbanos. Ou seja, a vontade de viver num mundo rural deixa transparecer a necessidade de responder a uma urgência de transformação global:

Acho que o apelo não foi tanto ao mundo rural, aquilo que me aconteceu foi que à medida que eu ia ganhando mais consciência sobre a sociedade como um todo, a insustentabilidade, a desigualdade na sociedade, os níveis de poluição.... (João)

De acordo com os entrevistados, o sentimento de revolta que daí advém intensifica a necessidade de combater o crescente individualismo através da procura de pessoas com motivações semelhantes:

Eu morava numa zona rural no Reino Unido, mas só tinha dois amigos que pensavam da mesma maneira, só dois em comunidades inteiras... o resto estava interessado na ascensão social e em fazer dinheiro. Para mim isso parecia-me verdadeiramente errado, a ir na direção errada. A vida estava a tornar-se mais superficial, as pessoas estavam a tornar-se cada vez menos atenciosas umas com as outras, as comunidades estavam a degradar-se. (Anne)

Uma das componentes que sustenta a vontade de uma mudança a nível pessoal é, portanto, esta possibilidade de encontro entre semelhantes e a partilha de objetivos e valores.

Nesse sentido, existe uma articulação entre a dimensão pessoal e uma *dimensão interpessoal* que compreende esta confluência de pessoas. Verificamos que existe um fator comum a todos os depoimentos que é determinante para a dinamização dos projetos e que pode ser descrito como uma rede de influência. Apesar de a mudança não ser motivada à partida pela existência de projetos semelhantes, verificamos que esta acaba por ser relevante na fixação dos entrevistados. O excerto da entrevista de Maria é esclarecedor a esse nível:

Nós viemos para aqui a pensar que íamos estar isolados na montanha e a fazer a nossa coisa, no nosso cantinho e nós rapidamente percebemos que não ia ser assim, e ainda bem. Porque tem vindo muita gente com as mesmas intenções, com os mesmos objetivos, viver para aqui. Muita gente, estrangeiros, também portugueses, muitas famílias jovens. (Maria)

A mesma tónica é identificada noutros testemunhos que enfatizam os projetos como lugares de encontro: “(...) aos poucos e poucos começámos a encontrar um conjunto de malta que ressoava aquilo que nós estávamos a querer fazer e os ideais que estavam por detrás daquela nossa motivação” (João). Nesse espaço de encontro, certos testemunhos apontam para um sentimento de pertença que não encontravam no local de origem: “Eu achei que isto era incrível, esta comunidade de pessoas com os mesmos valores e interesses, que eu não tinha de onde vinha” (Anne). Assim sendo, o meio rural surge não só como ponto de convergência, mas como espaço de possibilidade de partilha de valores e inquietações e de desenvolvimento de um sentimento de comunidade que se vem perdendo nos contextos urbanos.

De acordo com o que já verificámos no âmbito da dimensão pessoal, a questão da idealização do meio rural oferece a possibilidade de um sentimento de pertença associado a um espírito

comunitário, como refere Anne: “Era uma mãe solteira com três filhos e queria encontrar um sítio em que podia fazer parte de uma comunidade real onde podia cultivar a nossa comida e onde podia satisfazer a maior parte das nossas necessidades eu própria” (Anne)

O âmbito em que se concretizam as ideias e projetos partilhados define uma *dimensão comunitária* da análise das motivações dos entrevistados. Nesse encontro e identificação mútua, revelam-se possibilidades de materializar em iniciativas concretas o conjunto de ambições e interesses que tem sido discutido: “Há muita coisa a acontecer, juntamo-nos, organizamo-nos para fazer muitas coisas, mais projetos aqui” (Maria)

A efetividade que uma rede comunitária proporciona, suporta e alimenta as ânsias de transformação da realidade. Nesse sentido, o foco principal, como revelaram alguns participantes, passa a ser a cooperação entre iniciativas do mesmo tipo:

A certa altura começou a vir muita gente ter connosco, malta que quer comprar terrenos, e nós decidimos apoiar ativamente esses projetos todos, então acabámos por fazer muito menos palestras e estar muito mais focados em criar uma rede e em criar comunidade ali dentro do vale e apoiar aqueles projetos todos. (João)

No âmbito da transformação coletiva ambicionada, a fixação de população no interior de Portugal é apontada como um contributo destes projetos à revitalização do país:

Eu gostei realmente do que se passava aqui no centro de Portugal, um número crescente de pessoas de todo o mundo que estavam a vir repopular o interior, que estavam a revitalizar o terreno desertificado e a criar quintas e projetos de todos os tipos. (Anne)

Neste primeiro tema da análise, “Novos rurais à procura de novas formas de vida”, e com base nos relatos dos participantes sobre a mudança que protagonizaram, identificou-se a existência de várias dimensões interligadas no que respeita às suas motivações (dimensão pessoal, sociopolítica, interpessoal e comunitária). A análise sugere que no cruzamento da dimensão pessoal com a dimensão sociopolítica, o meio rural se constitui como *espaço de fuga e de alternativa*, sendo que o processo de idealização está intimamente associado à rejeição do modo de vida urbano, que é identificado com a sociedade dominante. Posteriormente, essa idealização encontra fundamento na dimensão interpessoal através de um encontro entre semelhantes que, por sua vez, promove um entendimento do campo enquanto *espaço de pertença e de possibilidade de identificação*. E, por último, na dimensão comunitária o meio rural é ainda revelado como *espaço de transformação e de futuro*, por via da materialização de projetos conjuntos.

No conjunto destas dimensões, pudemos perceber que as motivações dos entrevistados não só estão enraizadas em concepções específicas do modo de vida rural como operam, no fundo, uma redefinição da própria ruralidade.

4.2. Regenerar a Terra, construindo comunidade

O segundo tema diz respeito aos valores identificados como comuns aos participantes no estudo. Os valores da regeneração e comunidade foram assumidos como orientações para o trabalho desenvolvido nos seus projetos, traduzindo uma “missão” de regenerar os ambientes naturais e sociais. Ainda que estes dados indiquem um paralelo com as eco-aldeias e comunidades intencionais, é importante notar que estes projetos não se identificam com esses conceitos.

4.2.1. Da sustentabilidade à regeneração

Uma das considerações comuns aos testemunhos recolhidos é a percepção de que o conceito de sustentabilidade, apesar de basilar, é considerado insuficiente. Os participantes procuram assinalar esse entendimento através de uma valorização do conceito de regeneração:

A sustentabilidade já não é suficiente, já estamos focados na regeneração, que é o passo a seguir. A linha da sustentabilidade, que é aquela linha que te assegura que as próximas gerações podem sustentar-se hoje em dia já não é suficiente porque de onde tu comesças está muito negativo. Tu não podes simplesmente estar neste nível, tens de estar a regenerar, tens de estar a tirar carbono da atmosfera ativamente. Ou seja, neste momento o nosso foco, mesmo na nossa comunicação, já estamos a abandonar completamente a sustentabilidade e estamos a focar-nos na regeneração.
(João)

Podemos ver que o conceito de regeneração implica uma recuperação ambiental ativa, isto é, não se limita a garantir que existem condições de sustentabilidade mas a assegurar a capacidade de autorregeneração do ambiente. Neste sentido, de acordo com os participantes, o caminho para a regeneração passa por reconhecer a insuficiência da sustentabilidade.

Apesar desta distinção entre os conceitos, o que parece estar em causa é uma atualização do termo “sustentabilidade”, dado que a amplitude do seu significado essencial é conservada, assinalando um design integral que se foca na regeneração da natureza mas que não se limita apenas

à dimensão ambiental. Tal como nos explica João, o conceito já não é pensado em dimensões diferentes (social, económica, ambiental) mas sim como um todo integrado:

Nós hoje em dia já não separamos tanto o social do ambiental do económico ou do que seja, porque é tudo uma rede de tal maneira integrada que já não nos é tão útil essa “triple bottom line”. Portanto eu diria que hoje em dia essas dimensões estão totalmente integradas numa visão holística e num design regenerativo. (João)

Como é possível verificar no excerto anterior, cuja tónica é partilhada por outros participantes, as várias dimensões da sustentabilidade são pensadas numa visão holística de todo o projeto, numa perspetiva que articula as várias dimensões num todo. Este aspeto é observado em vários testemunhos:

Uma das ideias é redesenhar os sistemas alimentares, os sistemas de transporte, os sistemas de energia, e o sistema de educação. A quinta já faz um bocado esse papel, porque as pessoas realmente podem lá ir e ver esses projetos e já começa a haver aqui noutras quintas, sítios que as pessoas podem visitar e ver realmente que existem alternativas. Essas iniciativas na nossa opinião devem ser focadas em qualquer aspeto da vida, principalmente ambiental, obviamente, mas também educacional, social, cultural, tecnológico, económico. (Maria)

A importância deste conceito é reforçada através da demonstração do potencial da regeneração em todas as suas vertentes através de experiências recentes. Como é possível identificar no discurso de alguns participantes o objetivo da regeneração torna-se ainda mais premente no contexto de alterações climáticas e catástrofes naturais. No norte e centro de Portugal, várias pessoas perderam as casas e outros bens no decorrer dos incêndios florestais de 2017, motivando assim uma reação de ajuda da comunidade e o nascimento de projetos dedicados à regeneração da paisagem e da localidade: “O projeto surgiu com mais intenção depois do fogo, numa espécie de determinação coletiva de nos focarmos na regeneração ambiental e comunitária.” (Maria)

Neste subtema discutimos o modo como os participantes apontam para uma necessidade de atualização do conceito de sustentabilidade, considerado insuficiente face à crise climática e aos desafios atuais. Este conceito obtém agora o nome de regeneração, algo que vimos ser igualmente possível de identificar na definição atual das eco-aldeias feita pela GEN e referida no capítulo da revisão da literatura (e.g., GEN, n.d.). Apesar de ficar evidente uma dimensão ativa e atuante nesta atualização, conserva-se o carácter holístico característico do conceito de sustentabilidade, integrando dimensão ambiental, social, económica, cultural, entre outras.

4.2.2. Um novo conceito de comunidade

Para além do valor da regeneração que acabámos de debater, a análise revelou que também o valor da comunidade está integrado neste entendimento multidimensional. Isso torna-se visível na missão de regenerar os ambientes sociais através da recuperação da vivência em comunidade, expressa em relações de proximidade, na partilha de espaços, decisões e projetos conjuntos com pessoas que se identificam com os mesmos valores:

O projeto sempre foi visto como um espaço de convergência, um espaço de diálogo em que qualquer pessoa era bem-vinda, sempre com o foco, na altura, na sustentabilidade. E, portanto, não era uma comunidade - digamos - de pessoas, mas sempre tentámos pensar no projeto como uma comunidade de práticas. (João)

Esse peso atribuído à dimensão prática tem como consequência a rejeição do conceito de comunidade intencional. Ou seja, o que parece estar em causa é uma revisão do entendimento básico de projetos fechados sobre um conjunto de valores próprios, para dar lugar a uma maior abertura estrutural:

No início todos acabámos aqui nesta zona por acaso e por isso esta é completamente uma comunidade não intencional. E essa é uma das razões pelas quais não considero que sejamos uma eco-aldeia ou eco-comunidade, porque não somos uma comuna. É verdadeiramente não intencional e essa é a razão pela qual funciona tão bem. Porque toda a gente tem o seu próprio espaço e fazem o que querem e depois reunimos para coisas específicas com as pessoas que estão interessadas, por exemplo, os pais que se juntaram para criar um projeto de educação. (Anne)

Apesar de um movimento migratório de pessoas com as mesmas motivações e valores poder descrever a criação de uma comunidade intencional, o que por vezes é sugerido é que os projetos se desenvolvem a partir de um distanciamento da ideia base de eco-aldeia. Ou seja, embora a influência das eco-aldeias seja reconhecida nalguns casos, o afastamento do conceito é refletido por vários entrevistados:

Nós quando estivemos nas eco-aldeias, e visitámos várias, a certa altura sentimos que algumas eco-aldeias eram assim como umas bolhas, tinham a sua própria realidade, viviam um bocado isoladas do resto do mundo. Com pouco enraizamento local, social, e nós queríamos trazer de certa forma o melhor que existe nas eco-aldeias que é aquele capital social, aquele capital humano, e um espaço de experimentação muito mais livre e disponível do que aquele que existe

noutros arranjos sociais. Mas também não queríamos trazer algumas coisas com as quais nós não concordávamos completamente e uma delas era isso, era esse efeito bolha. (João)

Alguns dos participantes parecem partilhar da mesma opinião em relação à tendência individualista das eco-aldeias, sugerindo que estas se isolam da sociedade:

Eu acho que, no nosso caso, nós queremos servir pessoas, nas várias vertentes. Eu sei que não são todas, mas eu sempre me quis distanciar desta história das eco-aldeias porque na minha perceção o objetivo deles é viver bem, segundo normas e princípios próprios e com o foco no autodesenvolvimento, mas no nosso caso o nosso foco tem sido sempre a regeneração dos ecossistemas e esse é o objetivo de todas as pessoas que aqui passam. Isso para nós é importante. (Clara)

De acordo com estas perspetivas é possível verificar que, por não concordarem com este aspeto das eco-aldeias, os participantes descrevem-se como comunidades abertas e não intencionais: “Eu já estive com certeza em muitos projetos, mas em eco-aldeias realmente nunca estive e nunca vivi numa eco-aldeia. Isto é uma experiência completamente diferente porque nós somos mesmo uma comunidade aberta, ninguém vive aqui.” (Beatriz)

O facto de os membros não viverem nestes espaços contribui para reforçar um entendimento da comunidade numa perspetiva aberta, combatendo a ideia de individualismo que muitos julgam estar presente na conceção de eco-aldeia e de comunidades intencionais que têm como objetivo o seu próprio desenvolvimento:

Somos uma eco-aldeia, uma comunidade, mas somos um pouco mais. Há casos em que se cria um grupo de pessoas com o objetivo de “ficar muito bem”, num sítio mais eremítico, no meio da natureza, no qual criam uma ilha-paraíso. Penso que é uma iniciativa muito boa, mas não é aquilo que se faz aqui, nós queremos criar um projeto em que o foco principal não é recarregar-se, o esforço principal é depois desta energia e desta felicidade que criamos no nosso interior, fazer serviço, fazer voluntariado, fazer coisas fora para melhorar a sociedade. (Pietro)

Esta citação mostra como a componente de serviço surge após o desenvolvimento pessoal e do próprio bem-estar. No entanto, este não parece ser considerado o foco principal, mas um meio para atingir o fim de transformar a sociedade através do trabalho em prol da comunidade local.

De forma geral, este tema sugere que os valores dos entrevistados - regeneração e comunidade - estão integrados. A regeneração é holística na medida em que comporta as várias dimensões da sustentabilidade, entre as quais a social. São estes valores que influenciam a decisão de fundar,

pertencer ou cooperar com projetos que partilhem da mesma visão regenerativa e comunitária. Para os entrevistados a componente ambiental e social é indissociável, sendo a sua missão algo multidimensional e com um design integrado de vários componentes. Verifica-se que, no que respeita ao valor da comunidade, a maioria dos entrevistados recusa o conceito de eco-aldeia ou de comunidade intencional por identificar estes conceitos com projetos fechados, isolados da sociedade e sem enraizamento local. O tipo de comunidade privilegiado é o de comunidade aberta, não intencional, uma comunidade de práticas e de serviço.

4.3. Ambiguidade do sentido de pertença

Com base nos testemunhos dos participantes sobre a sua integração no local é possível identificar algumas ambiguidades no seu sentido de pertença. Desde logo, o discurso dos participantes indica que, apesar de residentes, a sua condição de pessoas deslocadas faz com que eles próprios se sintam elementos estranhos nos respetivos meios envolventes. É possível constatar que, embora assumam um estilo de vida diferente da maioria da população, existem também coisas em comum. Para além disso, o facto de escolherem habitar em localizações remotas é contrabalançado com uma procura em estabelecer contacto com a comunidade local e até desenvolver a localidade onde se encontram. De facto, ainda que residentes a longo prazo e com perspetivas de permanência nos locais onde se encontram, os entrevistados são em grande parte pessoas que vieram de um contexto urbano, alguns nacionais, outros estrangeiros. Esse choque com um estilo de vida diferente cria algumas situações de tensão tal como apontado por alguns dos participantes: “É um desafio vir para uma aldeia tão pequenina, uma comunidade que tem hábitos completamente diferentes, que se veste de uma maneira completamente diferente, que muitos deles não falam português, é muito estranho para as pessoas.” (Catarina)

As diferenças entre as duas comunidades apontadas por esta participante são referidas por vários participantes, principalmente por estrangeiros: “As pessoas com quem entrei em contacto ao princípio são um pouco desconfiadas, mas depois percebem que não estamos aqui só para fazer turismo, [não somos] estrangeiros que depois vão embora.” (Pietro)

Contrariamente, alguns participantes focam-se nas semelhanças com a comunidade local como a partilha de interesses e costumes relacionados com o ambiente em que se inserem, dando expressão à ideia de ambiguidade do sentido de pertença:

Todos nós temos as nossas hortas. (...) A terra é o que nos une, de certa forma, e os costumes que obrigam a viver aqui, o buscar a lenha, cortar a lenha, as vindimas, a apanha da azeitona, tudo isso que está ligado à terra é o que nos une, porque é aquilo que todos nós aqui fazemos nos nossos terrenos e, portanto, é esse o nosso ponto de ligação, o nosso ponto de conversa, o clima, as árvores, a troca de árvores. (Maria)

Como vemos, existem hábitos que os participantes conseguem identificar como comuns, referindo para além disso um potencial para aprender e partilhar conhecimento com os locais, tornando o processo de integração mais dialético:

Queremos fazer um banco de sementes locais para perceber o que é que as pessoas cultivam, porque é que as pessoas cultivam, e se calhar também trazer-lhes outras sementes, mas eles têm mais conhecimento do que é que se dá melhor aqui, o que é que não se dá... Nós chegamos aqui e experimentamos, (...), mas contactar com essas pessoas locais seria muito bom. (Maria)

A similitude das duas comunidades é também apontada com base nas condições ambientais que partilham, ressaltando, no entanto, dinâmicas diferentes:

Nós fazemos parte... somos a mesma coisa. O que nos une é tudo, o sítio onde estamos, os recursos, a água que escorre aqui na praia, o tempo, as condições. (...) Pode ser que haja dinâmicas diferentes, nós ao contrário das famílias normais aqui somos 20 pessoas, comparativamente com as idades aqui das aldeias somos mais jovens, mas em qualquer caso tentamos sempre fazer atividades que incluam toda a gente. (Pietro)

Estes testemunhos sublinham a ideia de que a integração dos novos rurais não pode acontecer por via de uma aproximação unilateral. Neste sentido, o processo deverá ser gradual e inclusivo assentando na curiosidade de um conhecimento mais aprofundado das pessoas, das suas ocupações e de uma certa identificação pelo trabalho:

Eu lembro-me que no início as pessoas não falavam muito comigo. Eu estava aqui, mas trazia dinheiro do estrangeiro, vinha para aqui seis meses e ia trabalhar outros seis para fora. Quando estava aqui as relações não eram muito fáceis, não havia assim uma grande abertura. Mas percebi uma grande diferença quando eu comecei a trabalhar e comecei a sair às oito da manhã. De repente comecei a perceber uma mudança nas atitudes das pessoas, muito mais generosas, muito mais próximas, a querer conversar mais. (...) o trabalho é algo importante para esta gente, para quem trabalha desde que é miúdo e trabalha duro. (Maria)

Com base neste excerto, vemos a importância da recuperação da ideia de comunidade de práticas abordada anteriormente. Uma das últimas expressões da ambiguidade do sentido de pertença que temos analisado está relacionada com o facto de os entrevistados não viverem dentro das aldeias existentes, escolhendo localizações remotas, mas procurarem estar envolvidos nas dinâmicas locais. Sendo uma das suas principais áreas de atuação a regeneração do ambiente, os projetos procuram terrenos onde seja possível cultivar, mas também onde possam estar rodeados de natureza:

Mas nós não estamos lá na aldeia, estamos nos vales. É por isso que a maior parte das casas que ardeu aqui, que foram sessenta e tal só na freguesia da Benfeita, foi tudo de malta estrangeira porque nós é que estamos nos vales e mais isolados, mais no meio da floresta. (Maria)

A mesma ideia é partilhada por outra participante que reforça esta separação: “Existe ainda esta separação, e parte disso é porque nós vivemos nos vales e eles nas vilas.” (Anne)

A localização afastada faz com que algumas pessoas não tenham possibilidade de visitar os projetos. Leonor, parceira de um dos projetos, comenta a assiduidade da comunidade local nas atividades do projeto e explica que a população adere mais às mesmas quando estas são no centro: “Se nós fizemos coisas com o projeto eles lá na comunidade aderem, mas ir lá... Eles gostaram muito, mas nem têm esse recurso para ir até ao meio da serra.” (Leonor)

Apesar do afastamento da população, os membros dos projetos parecem avaliar positivamente esta distância, explicando que se encontram numa situação geográfica privilegiada, podendo contactar facilmente com as localidades:

À nossa volta vive quase um milhão de pessoas, nós às vezes sentimos que estamos ali num paraíso onde não está ninguém, mas sobes ao topo da montanha, olhas à volta e é um mar de luz. E essa é uma das coisas mais interessantes a nível da localização e que nos serve imenso, que é nós estarmos isolados e no meio do campo e ao mesmo tempo, mesmo em cima da cidade. (João)

De acordo com alguns dos participantes neste estudo, este afastamento não coloca em causa estratégias de envolvimento nas localidades:

Em relação ao nosso envolvimento, nós temos uma política de apoiar a economia local, portanto quando vamos às compras é muito importante para nós comprar produtos locais, e fazemos parte [da comunidade], vendemos também no mercado e compramos no mercado. Temos parcerias, temos uma rede da qual eu faço parte, criámos o “Vivó mercado”. E faço parte desse

envolvimento, da criação desse mercado local, da associação com vários projetos para se criar um festival..., portanto o meu envolvimento na comunidade é bastante grande (Clara)

No sentido de envolvimento com a comunidade local é salientada várias vezes a importância das parcerias no trabalho que procuram fazer: Foram referidos vários tipos de parcerias, desde instituições municipais até produtores locais:

Nós temos parcerias, por exemplo, com produtores locais e com a Câmara de Palmela. Há inúmeras parcerias. Um dos nossos princípios base é a colaboração, e é algo que está inerente a tudo o que nós fazemos, tudo aquilo que nós fazemos, fazemos em colaboração, portanto é quase um “modus operandi”. É fundamental porque é aquilo que nós somos e aquilo que nós fazemos. (João)

Para além do envolvimento em dinâmicas locais e das parcerias estabelecidas, alguns dos entrevistados dizem participar de forma ativa no desenvolvimento local e regional através da análise das necessidades da população e de um levantamento das características da região: “Fazemos a análise das necessidades e de todas características financeiras, demográficas. Depois desenvolvemos estratégias para ver como podemos ajudar a criar uma cooperativa local, por exemplo, ver necessidades e analisar qual a melhor coisa a sugerir.” (Pietro)

De um modo geral, neste terceiro tema explorou-se a ideia de que o sentido de pertença dos entrevistados é composto por um conjunto de ambiguidades. A identificação com o modo de vida rural aproxima os membros dos projetos das comunidades locais, mas isso não parece ser suficiente para ultrapassar a percepção de não estarem verdadeiramente integrados. Ou seja, no âmbito dessa integração existe o despertar de uma tensão que se manifesta em diversas dualidades, tais como, o estatuto de migrante e simultaneamente de residente; o estilo de vida diferente e hábitos comuns; e o afastamento geográfico, mas proximidade através de parcerias locais.

4.4. Da desconfiança à aceitação: Relação com a comunidade local

A presença de duas comunidades distintas no mesmo território leva, segundo os entrevistados, a posturas diversas por parte da população local que vão desde a resistência, ao preconceito, desconfiança, agrado ou curiosidade. O facto de os participantes não serem considerados locais, ainda que residentes de forma permanente, optarem por um estilo de vida diferente da norma, e muitas vezes se encontrarem afastados das localidades, faz com que a maioria dos entrevistados se sintam alvo de desconfiança por parte dos locais.

Essa desconfiança apontada por todos os participantes sugere algum nível de conflito e tensão que se manifesta muitas vezes na interação quotidiana ou na falta dela:

Há um número da população que tem resistência e inclusive já houve situações de tensão entre eles e o projeto. E isso claramente é uma coisa que precisa de ser trabalhada e que foi já identificada por nós. O que acontece também é que, por ser uma eco-aldeia e pelos recursos não serem abundantes, as pessoas trabalham imenso. E às vezes existe pouco tempo para fazer uma vivência dita normal para qualquer outra família na vila. Então há uma certa desconfiança ao tentar perceber quem é que são aquelas pessoas. Ainda por cima por aquilo que eu te dizia que é diferente, os hábitos diferentes... (Catarina)

De acordo com esta participante, a distância pode ser explicada pelo facto de os membros do projeto não terem muita disponibilidade para conviver com os locais, dificultando que possam conhecer-se para lá das diferenças visíveis. A título de exemplo, é-nos relatada uma história ilustrativa das diferenças entre os locais e os novos residentes:

Uma vez eu estava a falar com uma senhora portuguesa que eu conheço lá da Benfeita, a dona Alice (...) e eu visto-me como eles dizem “como os estrangeiros se vestem”, muito colorido, com aquelas roupas todas muito estranhas. Estava uma senhora lá ao lado que comentou “ah, mas ela até fala muito bem português! “e a dona Alice disse “mas ela é portuguesa, é a Maria, ela é de Braga!”, e ela “ah, é portuguesa? Mas passou-se para o lado dos estrangeiros..!”. (...) E eu disse-lhe “isso não existe, essa coisa dos lados, somos todos diferentes, devemos respeitar as diferenças e aprender uns com os outros”... Existe um bocado essa mentalidade das pessoas de idade relativamente à diferença. (Maria)

O facto de não terem um contacto próximo pode criar uma ideia baseada em estereótipos de ambas as partes, no entanto, segundo esta entrevistada, a responsabilidade de uma maior ou menor tolerância à diversidade é atribuída à população local, que nesta perspetiva deve ser tolerante relativamente aos códigos culturais dos novos residentes.

É igualmente salientada a ideia de que a distância pode ser vista como algo natural e saudável e que pode ser dissipada através de uma aproximação gradual:

Nós somos cerca de 150 adultos e 50 crianças, alguns dos quais nasceram aqui na comunidade imigrante e essa comunidade inclui muitos portugueses também, mas eles vêm de outras partes do país, por isso são agrupados connosco pela população local porque somos todos considerados uns hippies estranhos que querem viver nos montes e vales e não nas vilas. Mas

eu acho que de certa forma essa separação neste momento é muito útil para alguns de nós para quem o choque com a população local idosa era intenso. (...) Por isso acho que esta separação temporária é uma coisa positiva, significa que podemos encontrar-nos de uma maneira que não estamos a pisar-nos uns aos outros e lentamente podemos juntar-nos de uma forma mais respeitosa e flexível. (Anne)

Tal como referido por alguns dos participantes, passado um período inicial de desconfiança, uma parte da população parece aceitar a permanência dos novos rurais, seja pela identificação com alguns dos seus hábitos, pelo agrado relativamente a novas dinâmicas sociais ou até pela curiosidade acerca dos estilos de vida diferentes. Relacionando a mudança da perceção dos locais com uma maior oferta de atividades do projeto com que trabalha, é-nos explicado:

Houve a mudança de termos começado a fazer mais atividades e as pessoas começarem a ver o que fazemos, e pessoas que ao longo do tempo foram se envolvendo, foram estando presentes. Acho que esse processo tem vindo a ser feito progressivamente e vai havendo uma diferença no olhar. (Catarina)

Esta importância das atividades é também apontada por outros participantes. No entanto, é possível constatar que apesar das iniciativas levadas a cabo pelos diversos projetos, a assiduidade por parte da comunidade local é considerada como esporádica e intermitente, e assentando numa questão de curiosidade, mas que não tem continuidade. Por outro lado, quando existe uma maior adesão, o grupo é pouco diverso e proveniente de outro contexto: “(...) e houve alguns desses eventos que tiveram 50 pessoas, outros tiveram 8 pessoas, mas eram sempre eventos muito giros. Curiosamente havia sempre mais gente que vinha de Lisboa do que Setúbal, que fica a 5km” (João)

A respeito da relação com os locais ao longo do tempo, bem como a progressiva aceitação dos novos rurais por parte da população, foram salientados alguns aspetos relacionados com o dinamismo trazido pela nova comunidade:

Acho que nos habituámos uns aos outros (...) Algumas pessoas dizem “Oh, é maravilhoso, adoro ver os miúdos a correr nas ruas outra vez!”. (...) Então há essa opinião e há as pessoas que nem te olham nos olhos. É difícil dizer quanto mudou. Eu acho que algumas pessoas estão a aceitar melhor a ideia, outras tu sabes que qualquer coisa que aconteça vão culpar-te e outras são muito mais abertas. Acho que vai tomar o seu tempo e gerações e vão ser os filhos da comunidade a crescer aqui, bilíngues, trilingues, às vezes mais, que vão ser capazes de fazer as pontes.

Lentamente estamos a ficar mais habituados uns aos outros e a descobrir que temos mais em comum do que coisas diferentes. (Anne)

No mesmo registo de valorização da revitalização demográfica, outros entrevistados comentam o agrado das populações locais, ressaltando que até as diferenças pontuais e compreensíveis (tendo em conta os contextos de origem de cada um) podem ser reconfiguradas em fatores de aproximação:

Gostam de ver as crianças, gostam de dizer boa tarde e boa noite e dar dois dedos de conversa quando nos apanham no caminho ou quando vamos à aldeia buscar qualquer coisa, há sempre uma simpatia. Mas pronto, cada um na sua coisa. Eu por exemplo, desde que sou vegetariana e que convido para vir cá, a maioria diz “nem pensar! Ir comer legumes...!”, mas há outros que até dizem “ah, eu até gostava porque eu sou diabética, até preciso de aprender umas coisas”, são uma minoria, mas há sempre aqueles corajosos que de vez em quando até aparecem nos nossos eventos e são super bem recebidos (Maria).

Estas novas dinâmicas populacionais são apontadas por alguns participantes como motivos de esperança para a comunidade local. Neste sentido, recolhemos deste testemunho a perceção de que a população local acredita por vezes que as novas comunidades são o futuro das regiões:

[sobre as Ligas de melhoramento] Por outro lado há uns que já dizem “têm de ser vocês a candidatar-se às eleições dos responsáveis da Liga porque nós já estamos velhos”, e nós estamos a tratar disso. Há quem queira agarrar-se àquilo para não deixar que sejam os estrangeiros, mas há quem tenha noção que somos nós que vamos estar aqui daqui a 20 anos, e então que é bom começarmos a aprender, é bom começarmos a juntar-nos, a ter membros, a envolver-nos, a criar listas, a fazer votações, a envolver-nos nisso. (Maria)

Em casos como este, a possibilidade de participar de forma ativa nas dinâmicas e nas decisões que ditam o futuro das comunidades contempla já uma perspetiva a longo prazo que visa o enraizamento local dos projetos. Na tentativa de tornar essa sua integração no meio rural em que se inserem cada vez mais plena e sustentada, os projetos procuram conquistar uma abertura por parte das próprias populações que, muitas vezes, acaba por ser justificada em função também das carências que a respetiva realidade rural revela (a desertificação, o envelhecimento da população, e a pouca mobilização social e política).

A importância do tempo e a necessidade de pensar esse enraizamento de uma forma gradual acaba por se revelar um denominador comum da maior parte dos testemunhos recolhidos:

Quanto mais tempo aqui passamos, mais essa abertura vai aparecendo, portanto, essa ligação para mim, eu aprendi que é uma questão de tempo. Essa tal integração de que se fala tanto não é uma coisa que se faça de um dia para o outro só porque se convida alguém para jantar, é uma questão de tempo até verem que nós estamos aqui, que queremos estar aqui, que vamos ficar aqui, que não estamos só de férias, e isso demora tempo até ser visto. (Catarina)

Assim, vemos que, para os participantes, a integração na comunidade local é facilitada com o tempo e com a aproximação dos locais e novos rurais por meio de convivência. De acordo com os seus testemunhos, é a sua presença a longo prazo que irá permitir uma opinião mais consensual por parte da comunidade local baseada na comprovação da natureza das suas intenções e dos seus valores.

O quarto tema “Da desconfiança à aceitação: Relação com a comunidade local” focou-se no discurso dos entrevistados acerca das posições da comunidade local perante as novas dinâmicas populacionais. De um modo geral, e de acordo com a referida ambiguidade do sentimento de pertença, os relatos dos participantes sugerem que a população local tem opiniões muito dissonantes acerca do enraizamento dos novos rurais. Foi verificada uma tendência comum para desvalorizar a separação das duas comunidades - a comunidade local existente e a comunidade recém-criada -, sendo esse afastamento considerado natural. A integração dos novos rurais é, segundo eles, dependente de uma questão de tempo, de hábito, e de maior envolvimento através da realização de atividades que estimulem dinâmicas de aproximação e convívio. No entanto, parece assumir-se que é sobretudo a perceção dos residentes locais que deverá ser alterada no futuro, com o tempo, ficando a ideia de que a responsabilidade pela integração e pela tolerância com a diversidade deverá ser colocada na população de origem.

Capítulo V: Discussão e conclusão

A partir da análise das entrevistas foi possível compreender as motivações e valores destes projetos, assim como a sua relação com a comunidade local. Ao analisar os discursos observámos particular interesse no sentido de pertença dos participantes e a ambiguidade revelada que deixa transparecer uma situação de tensão e conflito. Em todas as entrevistas ficou clara uma separação entre “nós” e “eles”, uma diferenciação cultural que para os entrevistados é circunstancial. No entanto, o choque cultural parece ser algo estrutural, baseado desde logo numa identificação clara dos projetos com um mundo “neo-rural”, ou seja, uma realidade enraizada numa cultura global, também presente nas eco-aldeias. Nesse sentido, neste capítulo discutir-se-á a possibilidade de um envolvimento comunitário influenciado por valores “neo-rurais” poder efetivamente atender ao contexto rural já existente.

No primeiro tema, “novos rurais à procura de novas formas de vida”, ficou evidente que as motivações para a mudança são, em larga medida, traduzíveis pelo descontentamento e desgaste com o modo de vida urbano, pela identificação do modelo de desenvolvimento da cidade com o sistema dominante capitalista, pela vontade de autodescoberta e por uma conceção idealizada do meio rural. Assim, podemos ver que o que leva os novos rurais a uma mudança de vida é, por um lado, o desejo de afastamento da sua realidade e, simultaneamente, o desejo de aproximação a um ideal. Na criação dos projetos fica evidente o peso da individualidade, apontado por vários autores (Esteves, 2017; Fernandes-Jesus et al., 2017) no sentido de autodescoberta e desenvolvimento pessoal e a identificação do meio rural a um espaço de realização pessoal (Sobral, 2014). Posteriormente, o que leva à fixação nas localidades é o encontro entre semelhantes (pessoas que vêm dessa mesma realidade urbana) e a possibilidade da criação de projetos que transformem a realidade existente no meio rural.

Deste modo, podemos concluir que as suas motivações passam frequentemente, ou por uma reação a um contexto urbano, ou pela atuação no contexto rural com base em valores exógenos, tornando-se claro que existe um desenraizamento da realidade local e rural. Essa evidência de desenraizamento encontra múltiplas justificações que, de resto, fazem com que o sentimento de pertença não seja garantido pela mera identificação ao modo de vida rural e fixação dentro de uma comunidade existente. Com efeito, os valores que esses projetos defendem e procuram implementar, acabam por representar “geografias abstratas da mente” (Smith & Philips, 2001, p.

458), i.e., percepções de estilos e modos de vida que não encontram tradução para a linguagem e configuração do mundo rural, por entrarem em conflito com a atitude e com a percepção dos residentes de longa data (Meijering et al., 2006; Meijering et al., 2007).

Comprovamos isso mesmo no aprofundamento do segundo tema, ao constatar que os valores da regeneração ambiental e social expressados pelos novos rurais refletem o cariz holístico característico de movimentos globais como as eco-aldeias, o movimento de transição e de permacultura. Uma reprodução do discurso internacional destes movimentos pode dificultar o envolvimento comunitário a nível local (Fernandes-Jesus et al., 2017), fazendo com que o processo de assimilação e integração dificilmente se apresente como um processo natural que se efetiva com o tempo, como é defendido por Meijering, van Hoven e Huigen (2006 e 2007) e pelos entrevistados. Também nesse tema vemos como o afastamento do conceito de comunidade intencional por parte dos projetos se relaciona com uma pretensa abertura estrutural do movimento à comunidade local. Contudo, verificamos que o que descreve estes grupos continua a ser uma comunidade de interesses pouco diversificada, o que LeVasseur (2013) descreve como uma homogeneidade auto-seletiva que ignora diferenças culturais. Apesar de muitas das características do movimento das eco-aldeias se encontrarem patentes nos projetos estudados, existe de facto uma tendência generalizada para rever e transformar essa noção base de “comunidade intencional”, por força da conotação fechada que ela transporta e que, como se conclui, constitui um possível bloqueio às estratégias de proximidade com a comunidade local. Ainda assim, devido aos valores explícitos partilhados pelo conjunto de entrevistados, torna-se possível concluir que o movimento de novos rurais abordado não deixa de descrever comunidades intencionais, sendo justamente essa natureza “intencional” que dificulta, também nestes casos, um envolvimento comunitário efetivo.

Nos restantes temas, subordinados à relação que os projetos estabelecem com o meio envolvente, ficou evidente que a tensão entre a dimensão global e local que estes valores transportam se traduz igualmente numa ambiguidade relativamente ao sentimento de pertença e à integração na comunidade local. Questões de poder associadas ao processo de gentrificação rural (Smith & Philips, 2001; Gkartzios & Scott, 2012) levam a uma coexistência de comunidades com identidades diferentes no mesmo território, caracterizada por uma força conflitual. Num contexto de crescente mobilidade e contra-urbanização, a tendência aponta para que o meio rural se torne cada vez mais híbrido e diverso (Meijering et al., 2007; Spanier, 2021), mas também mais suscetível a exclusão, contestação, desigualdade e conflito. Deste modo, salienta-se a importância

de estes projetos redefinirem a sua atuação de maneira a mostrar maior sensibilidade relativamente a relações de poder (Fernandes-Jesus et al., 2017). Relações essas que não permitem ignorar o contraste entre a posição de privilégio inerente à condição de mobilidade dos membros dos projetos e a condição tendencialmente mais precária e localizada que geralmente descreve as populações residentes nos meios para onde estes se deslocam. Nesse sentido, torna-se também importante desconstruir a ideia de que, entre a realidade dos novos rurais e a realidade de origem da ruralidade existente, existe uma identificação e afinidade capazes de promover uma relação de igual para igual.

Partindo da literatura que revela a necessidade de atender ao contexto local para potenciar o envolvimento comunitário (Fernandes-Jesus et al., 2017, Esteves, 2017), explorámos a ideia de que é acima de tudo importante ter em conta o carácter rural deste contexto local onde se insere a maioria dos projetos regenerativos de base comunitária. O fato de procurarem o meio rural de modo a levar a cabo os seus objetivos regenerativos assume um papel relevante na problematização deste tema (Meijering et al, 2006; Meijering et al., 2007). Mais do que uma natureza apolítica ou uma abordagem passiva relativamente a questões de diversidade e inclusão (Fotopoulos, 2000; Esteves, 2017; Fernandes-Jesus et al., 2017), argumenta-se que o desajuste dos valores promovidos pelos projetos face aos contextos rurais é o fator que melhor justifica a falta de envolvimento comunitário. Este dado é surpreendente tendo em conta que a identificação com o modo de vida rural seria o que à partida aproximaria as duas comunidades.

No entanto, os resultados sugerem que a natureza pós-materialista dos valores dos "novos rurais" (Esteves, 2017) torna mais complexo e problemático o estreitamento dos laços com a comunidade local, dificultando a propagação da adesão à transformação coletiva que os projetos pretendem. Vemos que tanto as suas motivações quanto os significados atribuídos ao meio rural estão enraizados na sua vida em meio urbano ou no desejo de transformação do paradigma de desenvolvimento. Constatamos isso mesmo ao verificar uma identificação do meio rural a um espaço de fuga e de alternativa ao meio urbano, um espaço de pertença e de possibilidade de identificação com semelhantes e um espaço de transformação e de futuro. Nesse sentido, a sua visão ao chegar ao meio rural continua a ser de atuação na realidade com base numa visão exógena, criando dessa forma condições para que as populações locais residentes possam, por vezes, sentir as aproximações dos projetos como uma ameaça ao modo de vida e às dinâmicas locais histórica e socialmente instituídas.

Neste estudo, quisemos analisar os projetos regenerativos de base comunitária, abordando os contributos teóricos que deram origem aos valores e ao modo de vida praticado por estas comunidades. Sendo que se inserem maioritariamente nos meios rurais e o que o seu enraizamento local foi identificado como um problema, partimos do contexto de novas ruralidades onde verificámos que a coexistência de populações com motivações e identidades diferentes gerava situações de conflito.

Nesse sentido, pudemos constatar que a tensão entre novos rurais e comunidades locais se deve, em larga medida, à bidimensionalidade estrutural do movimento que não encontra adesão natural à realidade rural, ou seja, a força conflitual que permeia estas relações advém de conceções e práticas que não são identificadas pelos locais como endógenas. Pudemos verificar que a essa situação acresce o desenvolvimento de redes de influência compostas por um conjunto de novos rurais (que muitas vezes contam com o apoio do poder local), criando a coexistência de duas comunidades tendencialmente em choque - uma que se projeta no futuro pela atualidade dos seus valores ecológicos, e outra que vai sendo por esta identificada como "ultrapassada" por não corresponder propriamente a essa emergência e às expectativas de um desenvolvimento sustentável.

Assim, procurámos salientar a importância de considerar as relações de poder que são naturalmente estabelecidas aquando da chegada de grupos que se encontram tendencialmente numa situação de privilégio, seja pela sua mobilidade, condição social ou formação. Deste modo, consideramos que o trabalho desenvolvido nesta investigação nos permite concluir por fim que o impulso para uma transformação dos meios rurais deve ter origem e partir das populações locais, e que, no fundo, todos os projetos regenerativos de base comunitária devem ter isso em linha de conta quando fazem as suas ambições de transformação social depender de um envolvimento local das populações.

Embora o presente estudo apresente limitações, como o fato de não dar a conhecer o ponto de vista das populações locais acerca das novas comunidades, a auscultação de membros destes projetos regenerativos e dos seus parceiros sociais permitiu-nos verificar que o envolvimento comunitário era um objetivo contemplado no trabalho desenvolvido. Na sua abordagem ao envolvimento comunitário pudemos constatar uma preocupação com fatores contextuais através da adaptação da sua atuação aos interesses locais numa tentativa de encontro mútuo. No entanto, os resultados deste estudo apontaram para a existência de desafios no que respeita a relação entre

novos rurais e locais, revelando a necessidade dos projetos reavaliarem o seu trabalho nestes meios, não perdendo de vista as relações de poder que naturalmente se desenvolvem no estabelecimento de projetos deste tipo em contexto rural. Outras limitações são o facto de o presente estudo carecer de maior número de entrevistas por projeto, de modo a poder refletir mais perspetivas sobre o tema. Para além disso, carece igualmente de uma observação das dinâmicas locais que não foi possível devido aos constrangimentos da pandemia e de tempo, impedindo a possibilidade de explorar os locais em questão com visitas regulares. Um contributo importante como investigação futura seria a comparação de projetos regenerativos inseridos em meio rural e urbano, de maneira a compreender se o nível de envolvimento comunitário depende do meio envolvente.

Apesar destas limitações podemos concluir que, em primeiro lugar, os projetos regenerativos de base comunitária estão conscientes tanto da necessidade de promover o envolvimento comunitário da população local como da existência de um choque entre comunidades. De maneira a solucionar esse problema, pudemos verificar várias estratégias como atividades diversificadas e acessíveis à comunidade local, dias abertos, parcerias locais, participação em eventos e projetos locais, intervenção e apoio social de forma voluntária no sentido de promoção do desenvolvimento regional e local. Podendo assim constatar que, contrariamente ao que foi verificado por outros autores, em outro tipo de iniciativas de base comunitária (Fernandes-Jesus et al., 2017), existe atenção a fatores contextuais através de abordagens participativas por parte destas iniciativas.

No entanto, podemos observar igualmente falta de consideração de questões de poder inerentes à presença e estabelecimento de grupos em situação de privilégio em zonas tendencialmente mais fragilizadas (Smith & Phillips, 2001; Esteves, 2017; Fernandes-Jesus et al., 2017). Apesar da fixação destes grupos ser apontada como uma forma de revitalizar estas localidades e contribuir para mitigar o problema da desertificação do interior do país (Sobral, 2014; Oliveira & Penha-Lopes, 2020), a tendência destes projetos para a homogeneidade social (Esteves, 2017) ou homogeneidade auto-seletiva (LeVasseur, 2013) reflete a necessidade de desenvolver estratégias de envolvimento comunitário mais inclusivas (Fernandes-Jesus et al., 2017).

Por último, verificamos um desajuste dos valores de natureza pós-materialista (Esteves, 2017) defendidos pelos projetos em relação aos contextos locais, revelando que não existe um enraizamento natural destes grupos nos meios rurais, apesar de uma identificação clara a um modo de vida rural (Meijering et al., 2006; Meijering et al., 2007) e de parte da sua missão consistir em dar resposta a necessidades locais (LeVasseur, 2013). Assim, embora a atuação destes projetos seja

considerada “de base comunitária ou local”, esta está radicada numa cultura exógena, dificultando por isso o envolvimento comunitário da população e conseqüentemente a promoção de um desenvolvimento local e endógeno.

Referências

- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2), 77-101. <http://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Bourke, B. (2014) Positionality: Reflecting on the Research Process. *The Qualitative Report*, 3 (33), 1-9. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2014.1026>
- Brundtland, G. (1987). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future (document A/42/427). United Nations General Assembly. <https://www.are.admin.ch/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html>
- Dawson, J. (2013). From islands to networks: an exploration of the history – and a glimpse into the future – of the ecovillage movement. Em Lockyer, J. & J.R. Veteto (eds.). *Environmental anthropology engaging ecotopia: Bioregionalism, permaculture, and ecovillages*. (pp. 217-234). Berghahn Books.
- Devine-Wright, P., Pinto de Carvalho, L., Di Masso, A., Lewicka, M., Manzo, L., R., Williams, D. (2020). Re-placed” - Reconsidering relationships with place and lessons from a pandemic. *Journal of Environmental Psychology*, 72, 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2020.101514>
- Ecolise. (2019, abril). *About Ecolise*. <https://www.ecolise.eu/about-ecolise/>
- Escobar, A. (2001). Culture Sits in Places: Reflections on Globalism and Subaltern Strategies of Localization. *Political Geography*, 20 (2001), 139–174. [https://doi.org/10.1016/S0962-6298\(00\)00064-0](https://doi.org/10.1016/S0962-6298(00)00064-0)
- Escribano, P, Lubbers, M. J., Molina, J. L. (2018). A typology of ecological intentional communities: Environmental sustainability through subsistence and material reproduction, *Journal of Cleaner Production*, 266 (2020), 1-14. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121803>
- Esteves, A. M. (2017). Commoning at the borderland: ecovillage development, socio-economic segregation and its institutional mediation in southwestern Alentejo, Portugal. *Journal of Political Ecology*, 24 (2017), 968-991. <https://doi.org/10.2458/v24i1.20978>
- Esteves, A. M., Genus, A., Henfrey, T., Penha-Lopes, G., East, M. (2021) Sustainable entrepreneurship and the Sustainable Development Goals: Community-led initiatives, the

- social solidarity economy and commons ecologies. *Business Strategy and The Environment*, 30 (2021), 1423– 1435. <https://doi.org/10.1002/bse.2706>
- Evans, M., Marsh, D., Stoker, G. (2013) Understanding localism. *Policy Studies*, 34 (4), 401-407. <http://doi.org/10.1080/01442872.2013.822699>
- Felicetti, A. (2013). Localism and the Transition movement. *Policy Studies*, 34 (5–6). 559–574, <http://doi.org/10.1080/01442872.2013.862449>
- FIC. (n.d.). *Criteria For Listing: Definition*. <https://www.ic.org/terms/>
- Fotopoulos, T. (2000) The Limitations of Life-style Strategies: the Ecovillage ‘Movement’ is NOT the Way Towards a New Democratic Society. *Democracy & Nature*, 6 (2), 287-308. <https://doi.org/10.1080/10855660050085083>
- Gaia Trust. (n.d.). *Our History*. <https://gaia.org/gaia-trust/about-gaia-trust/>
- Gilman, R. (1991). The eco-village challenge. *In Context*, 29. p.10. <https://www.context.org/iclib/ic29/gilman1/>
- Global Ecovillage Network. (n.d.) *Our Work*. <https://ecovillage.org/our-work/>
- Gkartzios, M. & Scott, M. (2012). Gentrifying the Rural? Planning and Market Processes in Rural Ireland. *International Planning Studies*, 17 (3), 253-276, <https://doi.org/10.1080/13563475.2012.696476>
- Halfacree, K. (2007). Trial by space for a ‘radical rural’: Introducing alternative localities, representations and lives. *Journal of Rural Studies*, 23 (2), 125–141. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2006.10.002>
- Halfacree, K. (2007a) Back-to-the-land in the twenty-first century - making connections with rurality. *Journal of Economic and Social Geography*, 98 (1), 3–8. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.2007.00371.x>
- Hall, R. (2015) The Ecovillage experience as an evidence base for national wellbeing strategies. *Intellectual Economics*, 9 (1), 30–42, <https://doi.org/10.1016/j.intele.2015.07.001>
- Jacobson, D. & Mustafa, N. (2019). Social Identity Map: A Reflexivity Tool for Practicing Explicit Positionality in Critical Qualitative Research. *International Journal of Qualitative Methods*, 18, 1–12. <https://doi.org/10.1177/1609406919870075>
- Joubert, K. (2017, 27 abril) *What is an Ecovillage? Reflections from the Network*. <https://ecovillage.org/what-is-an-ecovillage/>

- Leavy, P. (2014). Introduction. Em P. Leavy (Ed.), *The Oxford handbook of qualitative research* (pp.1-13). Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199811755.001.0001>
- LeVasseur, T. (2013). Globalizing the ecovillage ideal: networks of empowerment, seeds of hope. Em Lockyer, J. and J. R. Veteto (eds.). *Environmental anthropology engaging ecotopia, bioregionalism, permaculture, and ecovillages* (pp. 251-268). Berghahn Books.
- Litfin, K. (2009). Reinventing the future: The global ecovillage movement as a holistic knowledge community. Em Kütting, G. and Lipschutz, R. (eds.). *Environmental governance: power and knowledge in a local-global world*. (pp. 124-142). Routledge
- Lockyer, J. & J.R Veteto (2013). Environmental anthropology engaging ecotopia: an introduction. Em Lockyer, J. and J.R. Veteto (eds.). *Environmental anthropology engaging ecotopia, bioregionalism, permaculture, and ecovillages*. (pp. 1-31). Berghahn Books
- Meijering, L., Huigen, P., Van Hoven, B. (2006). Intentional Communities in Rural Spaces. *Journal of Rural Studies*, 98, 42-52, <https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.2007.00375.x>
- Meijering, L., Van Hoven, B., Huigen, P. (2007). Constructing ruralities: The case of the Hobbitstee, Netherlands. *Journal of Rural Studies*, 23, 357-366, <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2007.01.002>
- Mitchell, Clare J.A (2004) Making sense of counterurbanization. *Journal of Rural Studies*, 20 (1), 15–34, [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(03\)00031-7](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(03)00031-7)
- Oliveira, H. & Penha-Lopes, G. (2020). Permaculture in Portugal: social-ecological inventory of a re-ruralizing grassroots movement. *European Countryside*, 12 (1), 30-52. <https://doi.org/10.2478/euco-2020-0002>
- Pais, N. (2015, 21 março) *Gen History The History of the Global Ecovillage Network: 1991-2015*. <https://ecovillage.org/gen-history/>
- Schanes, K., Giljum, S., Hertwich, E.(2016). Low carbon lifestyles: A framework to structure consumption strategies and options to reduce carbon footprints. *Journal of Cleaner Production*, 139, 1033-1043, <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.08.154>
- Singh, B., M. Keitsch, M., Shrestha, M. (2019). Scaling up sustainability: concepts and practices of the ecovillage approach. *Sustainable Development*, 27 (2), 237-244, <https://doi.org/10.1002/sd.1882>

- Smiths, D. P & Phillips, D. A. (2001). Socio-cultural representations of greentrified Pennine rurality. *Journal of Rural Studies*, 17 (4), 457–469. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(01\)00014-6](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(01)00014-6)
- Sobral, D. (2014). *O povoamento neo-rural em Portugal Continental: riscos e oportunidades para o planeamento do espaço rural* [Dissertação de mestrado]. Instituto Superior Técnico
- Spanier, J. (2021). Rural Futurism: Assembling the Future in the Countryside, *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 20 (1), 120-141.
- Tonon, R. (2020, 26 setembro) Quem são os novos rurais e o que é que os move? Público: Fugas. <https://www.publico.pt/2020/09/26/fugas/noticia/novo-rural-1928330>
- Wagner, F. (2012). Ecovillage Research Review. Em Andreas, M., Wagner, F. (eds). Realizing Utopia: Ecovillage Endeavors and Academic Approaches, *RCC Perspectives*, 8, 81–94. <https://doi.org/10.5282/rcc/6183>
- Wiki Ecolise (2021, 13 fevereiro) *Community-led initiatives in Europe*. [http://wiki.ecolise.eu/index.php/Community-led initiatives in Europe](http://wiki.ecolise.eu/index.php/Community-led_initiatives_in_Europe)

Anexos

Anexo A: Guião 1_Projeto

1. Pedia-lhe que se apresentasse

- 1.1. Como se chama e que idade tem?
- 1.2. Qual a sua formação?
- 1.3. É português? Natural de onde?
- 1.4. Há quanto tempo está aqui em Portugal e aí na aldeia de Y?
- 1.5. E há quanto tempo no projeto?

2. Explique-me um pouco o início do projeto

- 2.1. Como se definem enquanto projeto? Como me disse, não se consideram uma eco-aldeia.
- 2.2. Há quantos anos começou o projeto?
 - a. Como surgiu a ideia de criá-lo?
 - b. Quantas pessoas estiveram envolvidas na criação?
 - c. Quantas pessoas estão envolvidas agora?
 - d. Como era o trabalho ao início? Quais as tarefas e prioridades?
- 2.3. Quais os principais objetivos nessa altura?
 - a. Os objetivos mudaram ao longo do tempo? De que forma?
 - b. Porquê?
- 2.4. Atualmente, quais são as áreas de atuação?
 - a. Quais os critérios para definir essas áreas?

3. Faz então parte do projeto há x anos e desde aí que vive no campo...

- 3.1. Como é a vida aí?
- 3.2. Qual é a aldeia mais perto?
- 3.3. Como era a sua vida antes de viver aí?
- 3.4. Já tinha estado num projeto deste tipo antes?
- 3.5. O que o motivou a integrar este projeto?
- 3.6. Como é que o projeto se integra nos seus valores de vida?

4. Uma ideia central destas iniciativas é a sustentabilidade ambiental, mas também a social, económica, cultural...

4.1. Como integram estes componentes no vosso trabalho?

4.2. Qual o papel da população local nessa procura?

a. Como descreveria a população?

4.3. Conhece alguém da aldeia?

a. Que tipo de relação é?

4.4. Quais as potencialidades da aldeia?

a. Que tipo de recursos existem?

4.5. O que falta?

a. Que tipo de problemas identifica na aldeia?

4.6. Que influência tem a aldeia no projeto?

5. O projeto está situado na aldeia Y há Z anos...

5.1. Como tem sido a relação com a comunidade local?

a. Como a descreveria?

b. Mudou alguma coisa ao longo do tempo?

5.3. De que maneira é que o projeto se identifica com a comunidade local?

5.4. É um dos objetivos do projeto alimentar uma relação com a população?

5.5. Existem ocasiões de convívio ou cooperação?

5.6. Como descreve o impacto do projeto na aldeia?

5.7. De que forma melhorar a qualidade de vida da população faz parte dos objetivos?

6. Neste trabalho de envolvimento da população e de uma maior relação com a comunidade local...

6.1. Que estratégias utilizam para promover o envolvimento das pessoas?

a. Diria que são eficazes?

6.2. Que tipo de parcerias locais têm?

a. E no âmbito dessas parcerias como é que as decisões são tomadas?

6.3. Como é feita a divulgação de iniciativas?

6.4. O que mudou na aldeia desde que criaram o projeto?

6.5. Neste momento, quais os resultados atingidos pelo projeto?

6.6. Como vê o futuro do projeto? E o seu papel para uma comunidade mais sustentável?

Guião 2_Parceiros

1. Pedia-lhe que se apresentasse

1.1. Como se chama e que idade tem?

1.2. É português/a? Natural de onde?

1.3. Onde vive e há quanto tempo?

1.4. Como é a vida aí? (no caso de se ter mudado)

1.5. Há quanto tempo está a trabalhar com o projeto?

1.6. De que maneira se identifica com os valores destes projetos?

1.7. Qual é a sua área de formação?

2. Explique-me um pouco o seu trabalho com o projeto

2.1. Em que consiste?

2.2. Quais os principais objetivos?

a. Os objetivos mudaram ao longo do tempo? De que forma?

b. Porquê?

3. Uma ideia central destes projetos é a sustentabilidade ambiental, mas também a social, económica, cultural...

3.1. Como integram estes componentes no vosso trabalho?

3.2. Qual o papel da população local nessa procura pela sustentabilidade?

a. Como descreveria a população?

3.3. Conhece alguém da aldeia?

a. Que tipo de relação é?

3.4. Quais as potencialidades da aldeia?

a. Que tipo de recursos existem?

3.5. O que falta?

a. Que tipo de problemas identifica na região?

3.6. Na sua opinião, que influência tem a aldeia no projeto?

4. O projeto está situado na região há x anos...

4.1. Como tem sido a relação com a comunidade local?

- a. Como a descreveria?
- b. Mudou alguma coisa ao longo do tempo?

4.3. De que maneira é que o projeto se identifica com a comunidade local?

4.3. É um dos objetivos do projeto alimentar uma relação com a população?

4.4. Existem ocasiões de convívio ou cooperação?

4.5. Como descreve o impacto do projeto na aldeia?

4.6. De que forma melhorar a qualidade de vida da população faz parte dos objetivos?

5. Neste trabalho de envolvimento da população e de uma maior relação com a comunidade local...

5.1. Que estratégias têm utilizado para promover o envolvimento das pessoas?

- a. Diria que são eficazes?

5.2. Que tipo de parcerias locais têm?

- a. E no âmbito dessas parcerias como é que as decisões são tomadas?

5.3. Como é feita a divulgação de iniciativas?

5.4. O que mudou na aldeia desde que criaram o projeto?

5.5. Neste momento, quais os resultados atingidos pelo projeto?

5.6. Como vê o futuro do projeto? E o seu papel para uma comunidade mais sustentável?